

ATO CONVOCATÓRIO ABHA Nº 031/2016 - REPETIÇÃO DE ATO

Contratação de Pessoa Jurídica para atuação como Gerenciadora de Projetos no Acompanhamento técnico de projetos específicos e na Elaboração de Termos de Referência para contratação de novos produtos, em conformidade com o Plano Plurianual de Aplicação dos recursos da cobrança pelo uso dos recursos hídricos em âmbito da Bacia Hidrográfica do Rio Araguari, no estado de Minas Gerais.

A Associação Multissetorial de Usuários de Recursos Hídricos de Bacias Hidrográficas (ABHA), torna público para conhecimento dos interessados que irá realizar no dia **25 de julho de 2016, às 13h30min**, em sua sede na Rua Jaime Gomes, 741, Centro, em Araguari - MG, processo de Seleção de Propostas na modalidade Coleta de Preços, do tipo Menor Preço, de acordo com as disposições contidas neste Ato Convocatório e em seus Anexos.

As propostas deverão ser protocolizadas na Secretaria da ABHA até o início do certame.

1 - OBJETO

1.1. A presente Seleção de Propostas tem como objeto a contratação de Pessoa Jurídica, consultoria técnica para atuação como Gerenciadora de Projetos, para o *Acompanhamento técnico de projetos específicos* e para a *Elaboração de Termos de Referência para contratação de novos produtos*, em conformidade com o Plano Plurianual de Aplicação dos recursos da cobrança pelo uso dos recursos hídricos em âmbito da Bacia Hidrográfica do Rio Araguari, no estado de Minas Gerais.

1.2. Os serviços serão prestados de acordo com especificações constantes no anexo Termo de Referência (Anexo I) deste Ato Convocatório, condicionados à demanda apresentada pelo Comitê da Bacia Hidrográfica do Rio Araguari (CBH Araguari).

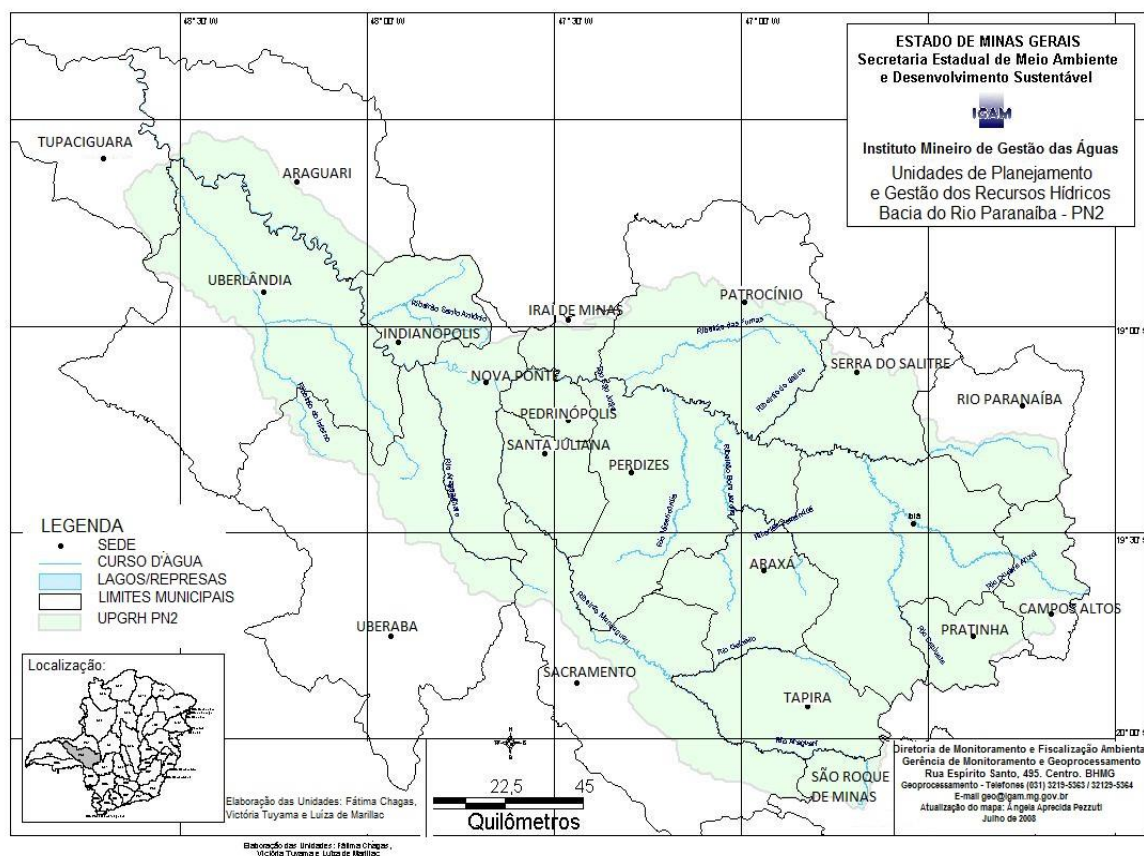
2 - JUSTIFICATIVA

2.1. A Associação Multissetorial de Usuários de Recursos Hídricos de Bacias Hidrográficas (ABHA) é uma unidade executiva descentralizada, equiparada à Agência de Bacia Hidrográfica pela Deliberação Nº 55 do Conselho Estadual de Recursos Hídricos do Estado de Minas Gerais (CERH-MG), publicada em 18 de julho de 2007, responsável pelo suporte administrativo, técnico e financeiro na gestão de recursos hídricos da Bacia Hidrográfica do Rio Araguari (UPGRH PN2), a partir de procedimentos determinados pelo Comitê e de ações consignadas pelo Plano Diretor de Recursos Hídricos da Bacia Hidrográfica.

2.2. A Missão da ABHA é a de atuar com excelência na operacionalização da política de recursos hídricos definida pelos Comitês de Bacias Hidrográficas e, no que couber, pelos Órgãos Gestores, contribuindo para promover o equilíbrio entre o progresso dinâmico da sociedade e a sustentabilidade hídrica.

2.3. O CBH Araguari foi instituído pelo Decreto Estadual Nº 39.912, de 23 de setembro de 1998. Atualmente, o Comitê possui um formato unificado, em condições para atuar em toda a área da bacia hidrográfica, como unidade físico-territorial de planejamento e gerenciamento e na descentralização da gestão dos recursos hídricos.

2.4. A Bacia Hidrográfica do Rio Araguari, de domínio de Minas Gerais, compreende uma área de aproximadamente 22.091 km² e uma população de 1.163.718 habitantes, constituindo a Unidade de Planejamento e Gestão de Recursos Hídricos - PN2 (UPGRH PN2), conforme representação abaixo. Esta Unidade engloba, parcial ou integralmente, os territórios dos seguintes municípios: Araguari, Araxá, Campos Altos, Ibiá, Indianópolis, Iraí de Minas, Nova Ponte, Patrocínio, Pedrinópolis, Perdizes, Pratinha, Rio Paranaíba, São Roque de Minas, Sacramento, Santa Juliana, Serra do Salitre, Tapira, Tupaciguara, Uberaba e Uberlândia.



2.5. Pelo Contrato de Gestão Nº 001/2012, formalizado com o Instituto Mineiro de Gestão das Águas (IGAM), a ABHA reveste-se da atribuição de atender aos objetivos funcionais e operacionais do CBH Araguari, em atendimento ao Plano de Aplicação dos recursos da cobrança pelo uso dos recursos hídricos.

2.6. O Plano Plurianual de Aplicação para o período 2013-2017 (PPA 2013-2017), aprovado pela Resolução CBH Araguari Nº 44, de 25 de abril de 2013, estabelece diretrizes para a condução do *Programa de Planejamento e Gestão de Recursos Hídricos*, do *Programa de Qualidade da Água*, do *Programa de Impacto na Quantidade de Água* e do *Programa de Mobilização, Comunicação Social e Educação Ambiental*.

2.7. Justifica-se, assim, a presente contratação pela necessidade de atender aos objetivos da ABHA, enquanto Entidade Equiparada às funções de Agência de Água, no cumprimento de suas atribuições de natureza técnica, administrativa e financeira, junto ao CBH Araguari, e na implementação dos projetos especificados no anexo Termo de Referência (Anexo I), como componentes inseridos nos Programas elencados no item anterior.

3 - DISPOSIÇÕES LEGAIS E NORMATIVAS

3.1. O presente Ato Convocatório encontra-se em conformidade com os seguintes dispositivos:

- a)** Resolução Conjunta SEMAD/IGAM Nº 1.044, de 30 de outubro de 2009; e
- b)** Lei Federal Nº 8.666, de 21 de junho de 1993, e alterações posteriores, supletivamente.

3.2. Este processo de seleção apresenta ainda vinculação com os seguintes instrumentos:

- a)** Contrato de Gestão Nº 001/2012, IGAM/ABHA, de 05 de dezembro de 2012; e
- b)** Resolução CBH Araguari Nº 44, de 25 de abril de 2013.

3.3. Caberá à empresa CONTRATADA o *Acompanhamento técnico de projetos específicos e a Elaboração de Termos de Referência para contratação de novos produtos*, cuja descrição encontra-se no Termo de Referência, anexo integrante deste Ato Convocatório.

4 - VALORES DE CONTRATAÇÃO E PRAZOS

4.1. Fica definido o valor máximo de R\$ 412.482,00 (quatrocentos e doze mil e quatrocentos e oitenta e dois reais) para a contratação do objeto deste processo, respeitada a partição estabelecida para condução de cada bloco de projetos, conforme Termo de Referência.

4.2. Fica igualmente estabelecido o prazo máximo de 24 (vinte e quatro) meses de vigência para execução do objeto, ressaltando que cada bloco de projetos apresenta prazo de execução diferenciado, em razão do escopo de cada projeto.

4.3. À ABHA, como CONTRATANTE, é reservado o direito de, a seu critério, utilizar ou não a totalidade dos recursos previstos.

4.4. Havendo necessidade de prorrogação por razões técnicas e operacionais, devidamente motivadas e justificadas, a vigência do contrato poderá ser ampliada, desde que a prorrogação seja assegurada pelos instrumentos jurídicos, com suas alterações e eventuais aditamentos, que fundamentam a presente contratação.

5 - CONDIÇÕES DE PARTICIPAÇÃO

5.1. Poderá participar desta Seleção de Propostas qualquer empresa interessada, com personalidade jurídica, que atenda às exigências constantes deste Ato Convocatório, e em seus Anexos, facultada a presença de seu representante legal.

5.2. É vedada a participação de Pessoas Jurídicas nas seguintes condições:

- a)** concordatárias ou em processo de falência, sob concurso de credores, em dissolução ou em liquidação;

- b) declaradas inidôneas pela Administração Pública, ou que tenham sido suspensas de contratar com a ABHA;
- c) que tenham em seu quadro permanente ou de prestadores de serviços eventuais, de maneira direta ou indireta, profissionais que sejam:
 - membros ou parentes até o 3º grau de qualquer pessoa vinculada à ABHA (funcionário, Diretoria, Conselho de Administração, Conselho Fiscal e representante das Entidades Associadas);
 - membros ou parentes até o 3º grau de qualquer pessoa vinculada ao CBH Araguari (Conselheiros e integrante de Câmaras Técnicas ou de Grupos Técnicos).

5.3. Será permitida a participação de empresas em sistema de consórcio, desde que:

- a) apresentem comprovação de compromisso público ou particular de constituição de consórcio, subscrito pelos consorciados;
- b) indiquem a empresa responsável pelo consórcio que deverá atender às condições de empresa líder, obrigatoriamente fixadas no Ato Convocatório;
- c) cada associado apresente os documentos de habilitação na forma exigida neste Ato.

5.4. Em relação a consórcios, observar-se-ão ainda as seguintes regras:

- a) não é permitida a participação de empresa consorciada, na mesma licitação, em mais de um consórcio ou isoladamente;
- b) os integrantes do consórcio serão solidariamente responsáveis pelos atos praticados do consórcio, tanto na fase de seleção quanto na de execução do contrato;
- c) em consórcio integrado por empresas brasileiras e estrangeiras, a liderança caberá, obrigatoriamente, à empresa brasileira;
- d) o consórcio vencedor fica obrigado a promover, antes da celebração do contrato, sua constituição e registro, nos termos do compromisso subscrito pelos consorciados.

6. CRITÉRIOS E JULGAMENTO DAS PROPOSTAS

Credenciamento

6.1. Para o credenciamento, as propostas deverão ser protocolizadas, em envelopes lacrados e devidamente identificados ("Envelope 1" - Habilitação, e "Envelope 2" - Proposta de Preço), contendo a razão social, endereço e CNPJ do proponente.

6.2. O credenciamento dar-se-á impreterivelmente até às 13h30min do dia do certame junto à secretaria da ABHA, facultada a presença de representante da empresa durante a sessão de abertura do processo. Em caso de remessa por correio, o proponente deverá assegurar a protocolização até a data e horário aqui definidos, sob pena de caracterizar intempestividade.

6.3. Quando da participação presencial, no ato do credenciamento, o representante legal da empresa, ou a pessoa revestida de poderes para sua representação, deverá comprovar essa situação através de documentação de identificação pessoal e da empresa concorrente, e, se for o caso, do instrumento de procuração com firma reconhecida.

6.4. Após o encerramento do prazo para credenciamento, não serão aceitas, em qualquer hipótese, a substituição ou anexação de qualquer novo documento por parte dos participantes.

6.5. Não haverá consideração diferenciada para as empresas concorrentes enquadradas como Microempresas ou Empresas de Pequeno Porte.

6.6. A habilitação da empresa participante consiste na habilitação jurídica, na prova de regularidade fiscal, na qualificação econômico-financeira, na qualificação técnica, na declaração de cumprimento do disposto no inciso XXXIII do Art. 7º da Constituição Federal, na declaração de não restrição junto ao Cadastro de fornecedores impedidos de licitar com a Administração Pública Estadual (CAFIMP) e na declaração de atendimento ao item 5.2 “c”.

6.7. Os documentos exigidos para habilitação, quando não contiverem prazo de validade expressamente determinados, não poderão ter datas de expedição anteriores a 60 (sessenta) dias, contados da data de abertura deste Ato Convocatório.

6.8. A documentação requerida para a habilitação, entregue no “Envelope 1”, devidamente lacrado, quando em fotocópia, deverá estar autenticada por Órgão Público ou por Cartório.

ENVELOPE 1 - HABILITAÇÃO

6.9. A documentação relativa à **habilitação jurídica** consistirá de:

- a) cédula de identidade e inscrição no Cadastro Nacional de Pessoa Física (CPF) do responsável legal do concorrente;
- b) registro comercial, no caso de empresa individual; ou
- c) Ato Constitutivo, Estatuto ou Contrato Social em vigor, devidamente registrado, em se tratando de sociedades comerciais, e, no caso de sociedades por ações, acompanhado de documentos de eleição de seus administradores; ou
- d) inscrição do Ato Constitutivo, no caso de associações civis, acompanhada de indicação do(s) representante(s) legal(is) em exercício; ou
- e) Decreto de autorização, em se tratando de empresa ou sociedade estrangeira em funcionamento no país, e ato de registro ou autorização para funcionamento expedido pelo órgão competente, quando a atividade assim o exigir.

6.10. Em relação à **regularidade fiscal**, deverá ser apresentado:

- a) prova de inscrição e regularidade no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas (CNPJ);
- b) prova de inscrição no cadastro de contribuintes estadual (Inscrição Estadual) ou municipal, se houver, relativo ao domicílio ou sede do concorrente, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;
- c) prova de regularidade para com a Fazenda Federal, Estadual e Municipal do domicílio ou sede do concorrente, através de Certidão Negativa de Débitos;
- d) prova de regularidade relativa à contribuição previdenciária e Seguridade Social, através de Certidão Negativa de Débito, e ao Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS), demonstrando cumprimento dos encargos sociais instituídos por lei; e
- e) prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas.

6.11. A documentação relativa à **qualificação econômico-financeira** limitar-se-á a:

- a) balanço patrimonial e demonstrações contábeis do último exercício social, já exigíveis e apresentados na forma da lei, que comprovem a boa situação financeira da empresa,

vedada a sua substituição por balancetes ou balanços provisórios, podendo ser atualizados por índices oficiais quando encerrado há mais de 3 (três) meses da data de apresentação da proposta;

- b)** certidão negativa de falência ou recuperação judicial expedida pelo distribuidor da sede da proponente.

6.12. A documentação relativa à **qualificação técnica** consistirá de:

- a)** registro ou inscrição da empresa proponente no Conselho de Classe Profissional, de acordo com sua atividade predominante;
- b)** comprovação de aptidão da empresa proponente para o desempenho da atividade, compatível em características com o objeto deste processo, através de atestado ou declaração fornecida por pessoa jurídica de direito público ou privado;
- c)** declaração da proponente de que teve acesso e que tomou conhecimento de todas as informações e condições para o cumprimento das obrigações objeto deste Ato Convocatório, conforme modelo do Anexo XIII.

6.13. Deverá ser apresentada Declaração de cumprimento do disposto no **inciso XXXIII do Art. 7º** da Constituição Federal, conforme modelo do Anexo XII.

6.14. Deverá também ser apresentada Declaração de não restrição junto ao Cadastro de Fornecedores Impedidos de Licitar e Contratar com a Administração Pública Estadual (**CAFIMP**), emitida pelo representante legal da empresa, conforme modelo do Anexo XIV.

6.15. Deverá ser apresentada ainda Declaração de não integrante e de não parentesco, emitido pelo representante legal da empresa, conforme modelo do Anexo XV.

6.16. No caso de consórcio, deverá ser apresentada toda a documentação solicitada para cada um dos associados.

6.17. A documentação a ser apresentada no envelope de habilitação ("Envelope 1") servirá como componente de habilitação dos participantes concorrentes, servindo, pois, como fator de inabilitação a não apresentação da documentação requerida.

6.18. A ABHA se resguarda o direito de efetuar diligências com o objetivo de averiguar e comprovar a veracidade dos documentos.

Apresentação das propostas (ENVELOPE 2 - PROPOSTA COMERCIAL)

6.19. Ressalta-se que para efeito de avaliação da proposta comercial, a licitante deverá demonstrar a composição de custo, podendo-se servir do modelo apresentado no Anexo XI para apresentação da proposta.

6.20. Poderão ser apresentadas quaisquer outras informações que o proponente julgar necessárias ou convenientes, a fim de subsidiar o entendimento da proposta dos serviços, facultando-se à ABHA a solicitação de informações adicionais ou adequação da proposta às especificações demandadas, através de diligência constituída.

6.21. A proposta deverá ser apresentada em papel timbrado da empresa proponente, sem rasuras, emendas, borrões ou entrelinhas e deverá estar obrigatoriamente rubricada em todas as suas folhas e assinadas por um titular ou representante legal. No entanto, a falta de rubrica da proposta poderá ser suprida pelo representante, se presente à reunião, com poderes para esse fim. Em sua ausência, não se suprimirá a omissão, acarretando sua desclassificação.

6.22. Para fins de emissão do documento contábil de liquidação, caso o participante seja matriz e o faturamento seja efetuado pela filial, ou vice-versa, é necessário que indique em sua proposta o número do CNPJ que constará da nota fiscal.

6.23. A proposta deverá ser formulada obedecendo-se os elementos mínimos para a composição final dos preços, inclusa a remuneração dos profissionais disponibilizados.

6.24. A proposta deverá conter o valor global, em moeda corrente nacional, de acordo com preços praticados no mercado, expresso em algarismo e por extenso, levando-se em consideração, ainda, o prazo contratual definido no cronograma proposto.

6.25. As propostas deverão ser apresentadas com validade mínima de 120 (cento e vinte) dias, contados a partir da data da abertura dos envelopes. Caso o referido prazo não esteja expressamente indicado na proposta, será considerado o prazo de validade de 120 (cento e vinte) dias para efeito de julgamento, e caso esteja expresso prazo de validade inferior ao estipulado, é resguardada ao representante do proponente, se presente na reunião, a prerrogativa de retificar a mesma, sob pena de sua desclassificação.

6.26. A simples apresentação da proposta implica na expressa concordância e ciência da proponente a todos os termos e especificações constantes neste Ato Convocatório.

6.27. Na composição dos preços deverão estar incluídos todos os impostos, despesas com mão de obra, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais, taxas, seguros, e outras despesas que incidam direta ou indiretamente na execução dos serviços objeto deste Ato Convocatório.

6.28. Não haverá pagamento de qualquer despesa que não esteja configurada na proposta

Procedimentos e avaliação final da proposta

6.29. As decisões resultantes deste Ato Convocatório fundamentar-se-ão pela Resolução Conjunta SEMAD/IGAM N 1.044, de 30 de outubro de 2009 e, supletivamente, pela Lei Federal Nº 8.666, de 21 de junho de 1993, e suas alterações posteriores.

6.30. A Comissão de Licitação e Julgamento proceder-se-á a imediata abertura dos envelopes contendo a documentação de habilitação das participantes credenciadas ("Envelope 1"), respeitando-se a ordem de credenciamento. As condições exigidas para a habilitação da empresa licitante serão imprescindivelmente analisadas, configurando motivo de inabilitação o não atendimento a qualquer das exigências previstas.

6.31. Verificado o atendimento das exigências de habilitação, os concorrentes serão declarados habilitados para o certame.

6.32. Se todos os proponentes forem inabilitados, poderá a ABHA, a seu exclusivo critério, conceder 03 (três) dias úteis para apresentação de nova documentação, escoimadas das causas que deram origem à inabilitação, permanecendo em seu poder os demais envelopes devidamente lacrados.

6.33. Concluída a fase de habilitação, a Comissão de Licitação e Julgamento fará a abertura sequencial dos envelopes com a proposta comercial ("Envelope 2"), na mesma ordem inicial de credenciamento.

6.34. Ultrapassada a fase de habilitação dos concorrentes e abertas as propostas, não cabe desclassificá-los por motivo relacionado com a habilitação, salvo em razão de fatos supervenientes ou só conhecidos após o julgamento.

6.35. O proponente deverá apresentar proposta firme e precisa, sem alternativas de valores ou qualquer outra condição que induza o julgamento a ter mais de um resultado.

6.36. Para classificação das propostas, obedecer-se-á o critério de menor preço global.

6.37. O valor proposto é de exclusiva e total responsabilidade do proponente, não lhe assistindo o direito de pleitear qualquer alteração, sob alegação de erro, omissão ou qualquer outro pretexto.

6.38. Serão desclassificadas as propostas que apresentarem valor acima daquele estabelecido neste Ato Convocatório.

6.39. São ainda motivos de desclassificação as propostas:

- a)** com documentação incompleta, que apresentarem incorreções e/ou que contrariarem qualquer dispositivo deste Ato Convocatório;
- b)** que não configurem correspondência com as características técnicas almejadas no Termo de Referência;
- c)** com valores simbólicos, irrisórios ou de valor zero, incompatível com os preços de mercado ou inexequíveis;
- d)** que não se limitem ao objeto deste Ato Convocatório, incluindo quaisquer alternativas de preços ou qualquer outra condição não prevista;
- e)** que sejam omissas, vagas ou apresentem irregularidade ou defeitos capazes de dificultar o julgamento objetivo.

6.40. Será considerada inexequível a proposta que for inferior a 80% (oitenta por cento) do valor estimado para a contratação.

6.41. Não se considerará oferta ou vantagem não prevista neste Ato Convocatório.

6.42. Numa eventual situação de empate, a classificação final dar-se-á por sorteio, para o qual todas as empresas nessa situação de empate serão convocadas.

6.43. Averiguadas as propostas e comprovadas sua adequação às características técnicas exigidas, será declarada vencedora do processo a proposta válida que menor preço global for apresentado, respeitados os procedimentos anteriormente previstos.

6.44. Declarado o vencedor, qualquer concorrente presente poderá manifestar, imediata e motivadamente, a intenção de recorrer, quando lhe será concedido o prazo de 05 (cinco) dias úteis para apresentação das razões do recurso, ficando os demais concorrentes, desde logo, intimados a apresentar contrarrazões em igual número de dias, contados a partir do término do prazo do recorrente, sendo-lhes assegurada vista imediata dos autos.

6.45. A falta de manifestação imediata e motivada dos concorrentes ensejará a formalização de Termo de Renúncia das empresas participantes. Aos participantes ausentes opera-se a renúncia tácita devido a sua ausência, pressupondo desinteresse em manifestar de forma imediata, o que importará a decadência do direito de recurso, e a adjudicação do objeto da seleção ao vencedor.

6.46. O acolhimento de recurso importará invalidação apenas dos atos insuscetíveis de aproveitamento.

6.47. Homologado o resultado final pela Diretoria da ABHA, o adjudicatário será convocado para assinar o Termo de Contrato no prazo máximo de 02 (dois) dias úteis. Se o vencedor não celebrar o Contrato, poderão ser aplicadas as penalidades legalmente previstas.

6.48. As condições expressas neste Ato Convocatório e no Termo de Referência integram o Contrato, independentemente de transcrito, uma vez que inexistindo este, integra o ajuste de fato, o simples ato de expedição da Ordem de Serviço. A Minuta do Contrato encontra-se em anexo (Anexo XVI).

6.49. Se, por motivo de força maior, a adjudicação não puder ocorrer dentro do período de validade da proposta, e caso persista o interesse da ABHA, poderá ser solicitado ao proponente expressa manifestação de concordância com a prorrogação da validade da sua proposta por igual prazo.

6.50. Antecedendo à contratação poderá ser realizado reexame da documentação apresentada pela vencedora quando da sua habilitação, para fins de verificação da sua atualização.

6.51. Os atos e resultados deste processo deverão constar em ata, na qual se consignarão eventuais reclamações ou ressalvas feitas, cabendo à ABHA a atribuição de dar publicidade aos atos e decisões emanados.

7. DESCRIÇÃO GERAL DOS SERVIÇOS

7.1. Os serviços a serem prestados pelo vencedor contratado estão descritos no anexo Termo de Referência (Anexo I).

8. OBRIGAÇÕES DAS PARTES

8.1. A Pessoa Jurídica prestadora de serviços, como **CONTRATADA**, deverá:

- a)** executar os serviços em conformidade com o Termo de Referência deste Ato Convocatório com os mais elevados padrões de competência, integridade profissional e ética;

- b)** disponibilizar os profissionais observando os requerimentos de qualificação e perfil estabelecidos pela CONTRATANTE;
- c)** considerar as decisões ou sugestões da CONTRATANTE sempre que as mesmas contribuam de maneira significativa na qualificação dos trabalhos e agilidade dos mesmos;
- d)** cumprir, na sua íntegra, todas as condições estabelecidas no Termo de Referência, na proposta apresentada, ficando sujeita, inclusive, às penalidades pelo descumprimento de quaisquer de suas Cláusulas;
- e)** executar os serviços descritos em sua proposta técnico-comercial, em conformidade com as especificações e nas condições exigidas;
- f)** comunicar à CONTRATANTE qualquer anormalidade de caráter urgente e prestar os esclarecimentos solicitados;
- g)** reparar/substituir/alterar os produtos em não-conformidade ou não aprovados, sem ônus para a CONTRATANTE;
- h)** responder pelas obrigações de natureza tributária, trabalhista, previdenciária ou resultante de acidente de trabalho, bem como as relacionadas à saúde, transporte, uniformes ou outros benefícios, de qualquer natureza, decorrentes da relação de emprego no âmbito da contratação, bem como adotar todas as providências necessárias no sentido de preservar a CONTRATANTE e mantê-la a salvo de reivindicações, demandas, queixas ou representações de qualquer natureza, em caso de ações envolvendo os serviços prestados;
- i)** não caucionar ou utilizar o contrato celebrado para qualquer operação financeira ou comercial, sem prévia e expressa autorização da CONTRATANTE;
- j)** responder por todos os ônus com os encargos sociais e legais, impostos e seguros, relativos à execução do objeto contratado e qualquer acidente de que venham a ser vítimas os seus profissionais, por aqueles causados por eles a terceiros, nos horários de prestação dos serviços;
- k)** manter durante a execução dos trabalhos todas as condições de habilitação;
- l)** prestar esclarecimentos sobre eventuais atos ou fatos noticiados que a envolvam independente de solicitação;
- m)** receber os valores contratuais devidos pela execução dos serviços, desde que cumpridas todas as formalidades e exigências estabelecidas no contrato;
- n)** executar fielmente os serviços contratados, de forma a não interferir no bom andamento da rotina de funcionamento da CONTRATANTE;
- o)** sujeitar-se à mais ampla e irrestrita fiscalização por parte da CONTRATANTE, prestando todos os esclarecimentos solicitados, de forma clara, concisa e lógica, atendendo prontamente às reclamações formuladas, adotando, imediatamente, as providências necessárias para a sua correção;
- p)** arcar com as reclamações levadas ao seu conhecimento por parte da fiscalização do contrato, cuidando imediatamente das providências necessárias para a correção, evitando repetição de fatos;
- q)** não eximir-se da total responsabilidade quanto à execução dos serviços em caso de omissão, total ou parcial, da fiscalização pela CONTRATANTE;
- r)** manter disponibilidade de profissionais, dentro dos padrões desejados, para garantir a execução dos serviços, sem interrupção, seja por motivo de férias, licença de qualquer

tipo, falta ao serviço, demissão e outros, obedecidas as disposições da legislação trabalhista vigente;

- s) substituir qualquer dos profissionais disponibilizados a pedido da CONTRATANTE, observada a justificativa apresentada;
- t) não contratar servidor pertencente ao quadro de pessoal da CONTRATANTE durante a vigência do contrato;
- u) assumir a responsabilidade por todos os ônus referentes aos serviços contratados, inclusive salários de pessoal, bem como os encargos previdenciários e obrigações sociais previstos na legislação social e trabalhista em vigor, vez que os seus empregados não manterão nenhum vínculo empregatício com a CONTRATANTE;
- v) fornecer, juntamente com a Nota Fiscal, os comprovantes de execução dos serviços, sem os quais não serão liberados os pagamentos das faturas apresentadas;
- w) não transferir a terceiros, por qualquer forma, nem mesmo parcialmente, o contrato, nem subcontratar ou ceder, total ou parcialmente, quaisquer das prestações a que está obrigada, sem prévio consentimento por escrito da CONTRATANTE;
- x) realizar todas as transações comerciais necessárias à execução dos serviços contratados exclusivamente em seu próprio nome;
- y) transferir para a CONTRATANTE os direitos autorais relativos aos produtos gerados e outros abrangidos pelo Termo Contratual, respeitada a legislação pertinente;
- z) não veicular publicidade ou qualquer outra informação acerca das atividades, objeto do contrato celebrado, sem a prévia autorização da CONTRATANTE;
- aa) disponibilizar dados, fotos, relatórios ou qualquer outro tipo de informação a terceiros somente com autorização da CONTRATANTE e do CBH Araguari;
- bb) responsabilizar-se administrativa, civil e penalmente pela divulgação indevida de quaisquer documentos e/ou informações de propriedade da CONTRATANTE, e de seus parceiros intervenientes, por parte de seus empregados;
- cc) manter arquivo com toda a documentação relativa à execução do contrato;
- dd) responder por quaisquer danos, desaparecimentos de bens e avarias e/ou prejuízos causados à CONTRATANTE e/ou a terceiros, dolosa ou culposamente, em razão de sua ação ou omissão, desde que fique comprovada sua responsabilidade, ainda que tenha havido fiscalização ou acompanhamento pela CONTRATANTE;
- ee) exercer rigoroso controle de qualidade sobre as informações apresentadas;
- ff) ressarcir à CONTRATANTE, mesmo após a rescisão ou extinção do Termo Contratual, quaisquer danos ou pagamentos errôneos a título de execução do objeto eventualmente detectados, garantidos os direitos à ampla defesa e ao contraditório.

8.2. A ABHA, como empresa **CONTRATANTE**, deverá:

- a) colocar à disposição da CONTRATADA os elementos e informações necessárias à execução do objeto deste Ato Convocatório e seus anexos observando-se o prazo requerido para a consolidação das informações;
- b) certificar se a escolha/indicação dos profissionais da CONTRATADA atende às exigências de qualificação e perfil requeridos para o desempenho das funções;
- c) observar a atuação dos profissionais disponibilizados pela CONTRATADA, podendo, mediante justificativa fundamentada solicitar a substituição de algum componente;
- d) impedir que terceiros executem os serviços objeto deste Processo;

- e) rejeitar qualquer produto ou serviço executado equivocadamente ou em desacordo com as orientações emanadas;
- f) atestar a execução dos serviços e receber a Nota Fiscal/Fatura correspondente;
- g) deduzir e recolher os tributos na fonte, se exigível, sobre os pagamentos efetuados à CONTRATADA;
- h) efetuar o pagamento devido pela execução dos serviços, nas condições e preços pactuados e desde que cumpridas todas as formalidades e exigências convencionadas no contrato;
- i) verificar a regularidade fiscal da CONTRATADA antes do pagamento;
- j) suspender o pagamento da Nota Fiscal quando houver obrigação contratual pendente por parte da CONTRATADA, até a completa regularização;
- k) supervisionar e fiscalizar a execução dos serviços objeto do contrato, sob o aspecto qualitativo e quantitativo, podendo sustar, recusar, mandar fazer ou desfazer quaisquer serviços que não estejam de acordo com as condições e exigências especificadas;
- l) notificar, por escrito, qualquer ocorrência relacionada com a execução do serviço e quaisquer falhas ocorridas, para a imediata adoção das providências de saneamento;
- m) exigir os documentos comprobatórios de execução dos serviços;
- n) aplicar à CONTRATADA sanções pelo atraso no cumprimento das obrigações contratuais, bem como pela inexecução total ou parcial do contrato;
- o) considerar todos os procedimentos e princípios estabelecidos na legislação pertinente.

9. RECURSOS E IMPUGNAÇÕES

9.1. Qualquer interessado, Pessoa Física ou Jurídica, poderá solicitar esclarecimentos, providências ou, se julgar necessário, impugnar este Ato Convocatório até 05 (cinco) dias úteis antes da data da abertura dos envelopes, devendo ser realizado o julgamento antes da homologação do processo de seleção, sem a promoção de efeito suspensivo imediato.

9.2. O pedido de esclarecimento ou a impugnação deverá ser apresentado, por escrito, à Comissão de Licitação e Julgamento, cabendo-lhe prestar os esclarecimentos imediatamente, ou apreciar e decidir sobre o mérito da impugnação no prazo de até 05 (cinco) dias após o recebimento da impugnação.

9.3. Não será admitida a participação de um mesmo manifestante para mais de uma Pessoa Jurídica e as manifestações ou recursos de cada Pessoa Jurídica em todos os procedimentos se darão através de somente 01 (um) representante.

9.4. A Comissão de Licitação e Julgamento poderá acolher o mérito, ou se não concordar, encaminhar o processo, devidamente instruído, à Diretoria da ABHA, para julgamento e decisão, respeitado o prazo de 05 (cinco) dias úteis.

9.5. Acolhido o mérito da impugnação, as falhas apontadas serão corrigidas, designando-se nova data para o recebimento e abertura das propostas e documentação.

9.6. Toda e qualquer modificação neste Ato Convocatório exige divulgação pela mesma forma que se deu o texto original, reabrindo-se o prazo inicialmente estabelecido, exceto quando

justificada e, inquestionavelmente a alteração não afetar a formulação das propostas, que deverá ser comunicada a todos igualmente, com contra recibo do envio.

9.7. Serão cancelados ou refeitos apenas os atos que não sejam passíveis de aproveitamento.

10. EXECUÇÃO, ACOMPANHAMENTO E FISCALIZAÇÃO DO OBJETO

10.1. Grande parte do objeto desta Seleção de Propostas deverá ser executada nas dependências da sede da ABHA, em Araguari - MG, com vistas a assegurar as condições imprescindíveis e específicas da execução dos serviços, devendo-se prever viagens e mobilidade externa conforme necessidade de trabalho, caso em que os gastos com deslocamento, hospedagem e alimentação serão custeados pela CONTRATANTE.

10.2. Vale ressaltar que, em conformidade com o Regimento Interno do CBH Araguari e da ABHA, a sua sede pode ser transferida para outra localidade dentro da abrangência da Bacia Hidrográfica, ocasião em que, se efetivada, a CONTRATADA deverá assegurar o cumprimento das condições contratadas na nova sede sem qualquer ônus para a CONTRATANTE.

10.3. Caberá à CONTRATANTE providenciar o acompanhamento e fiscalização dos serviços contratados, além de declarar o aceite do serviço executado.

10.4. O recebimento de qualquer atraso justificado não implica concordância da CONTRATANTE com os seus termos ou tampouco a anuência com qualquer falha ou impropriedade que porventura vier a ser apurada, não excluindo a responsabilidade da CONTRATADA em face das obrigações assumidas.

10.5. Em razão das atribuições da CONTRATANTE estar vinculadas à sua atuação junto ao CBH Araguari, os serviços prestados pela CONTRATADA serão executados, também, sob orientação operacional da Diretoria daquele Comitê de Bacia.

10.6. Ficam assegurados aos demais atores signatários do Contrato de Gestão IGAM/ABHA Nº 001/2012 o direito de fiscalizar e supervisionar os serviços prestados pela CONTRATADA, com livre acesso para a obtenção de quaisquer informações julgadas necessárias ao seu bom acompanhamento.

11. ESTIMATIVA E DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

11.1. Fica estipulado o valor máximo estabelecido no Item 4.1 para a execução dos serviços objeto deste Ato Convocatório, não considerando qualquer valor adicional que não conste de procedimentos devidamente aprovados pela CONTRATANTE.

11.2. Os valores de referência para a composição dos custos estão descritos no Anexo XI deste Ato Convocatório, observando que a remuneração-referência (salário-paradigma) dos profissionais a ser disponibilizados não é objeto de flexibilização.

11.3. As despesas e obrigações decorrentes deste Ato Convocatório serão apropriadas na dotação orçamentária do Plano Plurianual de Aplicação do Contrato de Gestão IGAM/ABHA nº

001/2012, e suportadas por parte da parcela dos 92,5% dos recursos da Cobrança pelo Uso dos Recursos Hídricos, destinada ao financiamento de ações em recursos hídricos, e serão proporcionalmente distribuídas entre os seguintes programas, de acordo com o objeto de cada projeto ou ação:

- a) Programa 2: Programa de Planejamento e Gestão de Recursos Hídricos
 - 2.2 - Ações institucionais
 - a - Relatório-síntese da Conferência Nacional de Segurança Hídrica
 - 2.4 - Ações especiais
 - b - Revisão do Plano de Recursos Hídricos/Proposta de Enquadramento.
- b) Programa 3: Programa de Qualidade da Água
 - 3.1 - Sistemas de abastecimento de água
 - a - Combate a perdas físicas de água
 - 3.2 - Sistemas de esgoto sanitário
 - b - Intervenções de baixo custo para tratamento de águas residuais
 - 3.6 - Ações especiais
 - a - Plano Municipal de Saneamento Básico.
- c) Programa 4: Programa de Impacto na Quantidade de Água
 - 4.2 - Recuperação de áreas degradadas
 - a - Projeto de recuperação no Córrego Capão da Erva - Santa Juliana
 - b - Projeto de recuperação no Córrego Indaiá - Indianópolis
 - 4.4 - Ações Especiais
 - c - Programa Buriti / DMAE Uberlândia.
- d) Programa 5: Programa de Mobilização, Comunicação Social e Educação Ambiental
 - 5.4 - Ações especiais
 - a - Museu da Água.

11.4. O prazo de vigência do Contrato a ser celebrado é de 24 (vinte e quatro) meses, contados da assinatura, podendo ser prorrogado em razão das necessidades e conveniência das partes, observadas as justificativas técnicas invocadas e resguardadas as demais condições contratuais originais, desde que a prorrogação seja assegurada pelos instrumentos jurídicos, com suas alterações e eventuais aditamentos, que fundamentam essa contratação.

12. PAGAMENTO E APRESENTAÇÃO DOS TRABALHOS

12.1. O pagamento será efetuado em favor da CONTRATADA, em parcelas mensais consecutivas, após a prestação do serviço, respeitadas as condições estabelecidas no Termo de Referência e dependerá sempre da aprovação da Diretoria da CONTRATANTE.

12.2. Para efeito do pagamento, a CONTRATADA deverá apresentar mensalmente a documentação comprobatória das atividades executadas e, quando couber, com os produtos contratados, conforme disposto no anexo Termo de Referência.

12.3. A CONTRATADA deverá ainda atender as exigências legais quanto à comprovação fiscal e demais outras impostas, sendo que poderão ser observadas as retenções, de acordo com legislação e normas vigentes, no âmbito da União, Estado e Município.

12.4. Na Nota Fiscal/Fatura deverão vir expressos o número deste processo (ATO CONVOCATÓRIO ABHA Nº 031/2016) e o número do contrato correspondente, e a descrição dos serviços prestados.

12.5. A liberação do pagamento ficará também condicionada à comprovação da regularidade fiscal da empresa CONTRATADA, mediante apresentação de documentos hábeis. Em caso de inadimplência, poderá ser concedido um prazo de até 30 (trinta) dias para a regularização da empresa, sob o risco de aplicação das sanções cabíveis.

12.6. Poderá ser deduzido da Fatura / Nota Fiscal o valor de multa eventualmente aplicada. Uma vez adotados os procedimentos administrativos cabíveis, se julgada procedente a defesa da empresa CONTRATADA, o valor deduzido será devolvido.

12.7. Os pagamentos processados pela CONTRATANTE não isentam a CONTRATADA de suas obrigações e responsabilidades vinculadas à prestação dos serviços contratados.

13. SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

13.1. A licitante que deixar de entregar a documentação ou apresentá-la com conteúdo falso, ensejar o retardamento da realização do certame ou da execução do seu objeto, não mantiver a proposta, falhar ou fraudar na execução do ajuste, comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude fiscal, ficará impedida de licitar e contratar com a CONTRATANTE pelo prazo de até 2 (dois) anos e, se for o caso, será descredenciada do Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores (SICAF), sem prejuízo das demais penalidades previstas neste Termo de Referência e cominações legais aplicáveis.

13.2. A recusa injustificada da adjudicatária em assinar o contrato, aceitar ou retirar o instrumento equivalente, dentro do prazo de até 02 (dois) dias úteis, contados da data de convocação, caracterizará o descumprimento total da obrigação assumida, sujeitando-a as seguintes penalidades:

- a)** multa de 20% (vinte por cento) do valor da contratação;
- b)** suspensão temporária de participar de Seleção de Propostas, e impedimento de contratar com a CONTRATANTE, pelo prazo de até 02 (dois) anos; e
- c)** declaração de inidoneidade para contratar com a Administração Pública ou Privada enquanto perdurarem os motivos.

13.3. No caso de inadimplência ou inexecução total ou parcial do ajuste celebrado, garantida a prévia defesa, aplicar-se-á multa de 0,10% (zero vírgula dez por cento) ao dia, sobre o valor total, inclusive pelo atraso na entrega do serviço, recolhida em até 15 (quinze) dias, contados da comunicação oficial, além, se couber, das sanções previstas na legislação pertinente.

13.4. Pela inexecução total ou parcial das obrigações constantes deste instrumento, a Administração da CONTRATANTE poderá, garantida a prévia defesa, no prazo de 5 (cinco) dias úteis a contar da notificação, aplicar à CONTRATADA as seguintes penalidades:

- a)** advertência;
- b)** multa compensatória de 10% (dez por cento) sobre o valor total da contratação, recolhida no prazo de 15 (quinze) dias, contado da comunicação oficial;
- c)** suspensão temporária de participação em licitações e impedimento de contratar com a Administração Pública, por prazo não superior a 5 (cinco) anos;
- d)** declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública, nos termos da Lei Federal nº 8.666/93.

13.5. A multa, aplicada após regular processo administrativo, será cobrada administrativamente, deduzindo-se do valor da Fatura Mensal, e não sendo suficiente, o valor poderá ser inscrito como Dívida Ativa e cobrado judicialmente.

13.6. A inexecução total ou parcial dos serviços ensejará a rescisão contratual.

13.7. Qualquer circunstância de rescisão contratual deverá ser formalmente motivada nos autos do processo seletivo, assegurado o contraditório e a ampla defesa.

13.8. Casos omissos serão resolvidos pela Comissão de Licitação e Julgamento, com base nos comandos legais, regulamentos e normas técnicas que disciplinam a questão.

14. DISPOSIÇÕES COMPLEMENTARES

14.1. A CONTRATANTE providenciará a designação da Comissão de Licitação e Julgamento que ficará responsável pela análise e julgamento de todos os documentos e procedimentos relativos a este Ato Convocatório, podendo, se necessário, solicitar assessoramento técnico e jurídico. À conveniência da CONTRATANTE, e/ou dos Gestores do Contrato de Gestão e do CBH Araguari, poderá haver a instituição de outro procedimento de controle em substituição à Comissão acima referida.

14.2. Os serviços a serem contratados constituem-se estimativa de demanda e não se configuram em compromisso de execução total ou parcial por parte da CONTRATANTE.

14.3. A homologação do resultado deste Ato Convocatório não implicará em direito à contratação.

14.4. A CONTRATANTE poderá revogar este Ato Convocatório por razões de interesse e conveniência, devendo anulá-lo por ilegalidade, de ofício ou por provocação de qualquer pessoa, mediante ato fundamentado.

14.5. Os participantes não terão direito à indenização em razão da anulação deste Ato Convocatório, ressalvado, no caso de boa fé, o direito de a CONTRATADA ser ressarcida pelos encargos que tiver suportado no cumprimento do Contrato.

14.6. A data de recebimento dos envelopes poderá ser alterada por conveniência da CONTRATANTE, sem prejuízo da observância dos demais procedimentos decorrentes, ocasião em que não haverá qualquer acatamento de indenização por eventuais transtornos advindos da alteração procedida.

14.7. Não havendo expediente, ou ocorrendo qualquer fato superveniente que impeça a realização deste Ato Convocatório na data prevista, a sessão será automaticamente transferida para o primeiro dia útil subsequente, no mesmo horário e local estabelecido, assegurada a comunicação aos interessados.

14.8. A empresa CONTRATADA deverá disponibilizar, a partir da contratação, um canal de comunicação com a ABHA, a fim de colher as diretrizes e informações relativas aos trabalhos.

14.9. A empresa CONTRATADA deverá realizar uma reunião técnica inicial com a direção da CONTRATANTE para esclarecimentos e recomendações quanto ao desenvolvimento do trabalho e à apresentação dos produtos contratados. Poderá ser discutida a possibilidade de modificação nos procedimentos metodológicos.

14.10. Ressalta-se que a comunicação e a publicação dos serviços objeto deste Ato Convocatório deverão ter caráter educativo ou informativo, não podendo constar nomes, símbolos ou imagens que caracterizem propaganda e/ou promoção pessoal.

14.11. A CONTRATADA deverá guardar sigilo quanto às informações de que terá acesso para realização do objeto contratual, sendo necessária concordância expressa da CONTRATANTE para cessão ou transferência a terceiros de eventuais resultados alcançados por este Contrato.

14.12. A CONTRATADA deverá entregar à CONTRATANTE todos os materiais, estudos e produtos gerados por este processo, cedendo de forma definitiva, os direitos autorais a eles vinculados, com observância da Lei Federal nº 9.610/1998, de forma que a CONTRATANTE possa deles dispor para qualquer fim, independentemente de qualquer remuneração adicional àquela ajustada neste processo.

14.13. Encontra-se também em anexo, os elementos necessários para o *Acompanhamento técnico de projetos específicos* e para a *Elaboração de Termos de Referência para contratação de novos produtos*, a que se refere o objeto deste Ato Convocatório.

14.14. Fica eleito o Foro da Comarca de Araguari, em Minas Gerais, para dirimir questões relativas ao presente Ato, com exclusão de qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

15. ANEXOS

15.1. ANEXO I - Termo de Referência

15.2. ANEXO II - Referência para elaboração do Relatório-síntese da Conferência Nacional de Segurança Hídrica

15.3. ANEXO III - Matriz referência para elaboração dos estudos referenciais para revisão do Plano Diretor de Recursos Hídricos e Proposta de Enquadramento

- 15.4. ANEXO IV** - Considerações sobre o gerenciamento da rotina operacional nos sistemas de abastecimento de água
- 15.5. ANEXO V** - Projeto: Implantação de Unidades demonstrativas de tratamento de águas residuais por fitorremediação
- 15.6. ANEXO VI** - Referência para elaboração do Resumo Executivo dos Planos Municipais de Saneamento Básico
- 15.7. ANEXO VII** - Considerações sobre o processo de intervenção na microbacia do Córrego Capão da Erva, em Santa Juliana
- 15.8. ANEXO VIII** - Processo anterior para contratação de obras e serviços para Recuperação hidroambiental na microbacia do Córrego do Indaiá, em Indianópolis
- 15.9. ANEXO IX** - Projeto: Desenvolvimento e sustentabilidade da Bacia Hidrográfica do Rio Uberabinha
- 15.10. ANEXO X** - Considerações sobre a criação do Museu da Água
- 15.11. ANEXO XI** - Referência orçamentária para composição de custos
- 15.12. ANEXO XII** - Declaração de cumprimento do disposto no inciso XXXIII do Art. 7º da Constituição Federal
- 15.13. ANEXO XIII** - Declaração de atendimento às exigências do Edital
- 15.14. ANEXO XIV** - Declaração de não restrição no CAFIMP
- 15.15. ANEXO XV** - Declaração de não integrante e de não parentesco
- 15.16. ANEXO XVI** - Minuta de Contrato

Araguari - MG, 11 de julho de 2016.

Sérgio Gustavo Rezende Leal
Diretor Presidente

DE ACORDO: 11 de julho de 2016.

PÉTULA SOCIEDADE DE ADVOGADOS
Consultoria Jurídica - ABHA

ANEXO I

TERMO DE REFERÊNCIA

CONTRATAÇÃO DE CONSULTORIA TÉCNICA / PESSOA JURÍDICA PARA GERENCIAMENTO DE PROJETOS

1 - INTRODUÇÃO

1.1. Este Termo de Referência visa orientar a contratação de empresa de Consultoria Técnica, Pessoa jurídica, para atuação como Gerenciadora de Projetos no acompanhamento técnico de projetos específicos, delineados neste Termo de Referência, e na elaboração de referencial técnico para contratação de novos produtos, também aqui consignados, em conformidade com o Plano Plurianual de Aplicação dos recursos da cobrança pelo uso dos recursos hídricos em âmbito da Bacia Hidrográfica do Rio Araguari, para o período 2013-2017.

1.2. Estabelece também normas gerais e específicas, métodos de trabalho e padrões de conduta para os serviços descritos e deve ser considerado como complementar às demais exigências do ATO CONVOCATÓRIO ABHA Nº 031/2016.

2 - REFERENCIAL TÉCNICO E NORMATIVO

2.1. Os serviços técnicos a serem desenvolvidos devem estar em conformidade com as disposições do *Programa de Planejamento e Gestão de Recursos Hídricos* (Resolução CBH Araguari Nº 42), do *Programa de Qualidade da Água* (Resolução CBH Araguari Nº 34), do *Programa de Impacto na Quantidade de Água* (Resolução CBH Araguari Nº 34) e do *Programa de Mobilização, Comunicação Social e Educação Ambiental* (Resolução CBH Araguari Nº 43), consolidados com a aprovação do Plano Plurianual de Aplicação dos recursos originários da cobrança pelo uso dos recursos hídricos, para o período 2013-2017, conforme Resolução CBH Araguari Nº 44, de 25 de abril de 2013.

2.2. Os referidos documentos delineiam diretrizes de ações para a consecução do objeto deste Termo de Referência, devendo-se prever, no decorrer do período contratual, eventuais alterações em seu conteúdo, com vistas à adequação e aprimoramento técnicos.

2.3. A base técnica e a necessidade politico-institucional para constituição desses Programas estão demonstradas nos documentos normativos do Comitê, podendo ser acessados em <http://www.cbharaguari.org.br/o-comite/legislacao>. Ressalta-se que dois Programas foram ratificados com nova denominação pela Resolução CBH Araguari Nº 44/2013.

2.4. Reportando-se à estratégia do *Programa de Planejamento e Gestão de Recursos Hídricos*, os seguintes objetivos são estabelecidos, dentre outros:

- a) Busca pelo equilíbrio entre a disponibilidade e demanda quali-quantitativa de água em âmbito da Bacia Hidrográfica do Rio Araguari;
- b) Promoção, por meio de critérios e diretrizes de ordem institucional, técnica e funcional, da articulação e pactuação no uso da água entre os entes públicos, os usuários e os organismos da sociedade civil;
- c) Dinamização dos processos de planejamento e gerenciamento através da implementação dos instrumentos da Política Nacional, promovendo o inventário, uso sustentável, controle e proteção dos recursos hídricos.

2.5. Considerando os objetivos deste *Programa de Planejamento e Gestão de Recursos Hídricos*, a proposta apresenta como um dos objetos deste Ato Convocatório, a elaboração e confecção do **Relatório-síntese da Conferência Nacional de Segurança Hídrica** (disposto no Anexo II) e do suporte técnico para elaboração de estudos referenciais para **Revisão do Plano Diretor de Recursos Hídricos** e para **Proposta de Enquadramento** (Anexo III), com vistas à consecução respectivamente, dos seguintes componentes do Plano Plurianual de Aplicação:

- a) 2.2 - Ações institucionais
 - a - Relatório-síntese da Conferência Nacional de Segurança Hídrica
- b) 2.4 - Ações especiais
 - b - Revisão do Plano de Recursos Hídricos/Proposta de Enquadramento

2.6. A proposta para confecção do relatório-síntese da Conferência Nacional de Segurança Hídrica atende à demanda da Diretoria do CBH Araguari, como estratégia de fortalecimento de arranjos institucionais, de nivelamento de conhecimentos e de compromisso com a sociedade.

2.7. A base técnica e os requerimentos político-institucionais correspondentes à Minuta do Termo de Referência Geral para contratação da revisão do Plano Diretor de Recursos Hídricos e da proposta de Enquadramento foram desenvolvidos por Grupo de Trabalho, constituído pela Portaria Nº 02/2014, e entregue à Câmara Técnica de Planejamento e Controle (CTPlan) do CBH Araguari para os ajustes necessários e para atendimento de novos componentes.

2.8. Reportando-se à estratégia do *Programa de Qualidade da Água*, os seguintes objetivos, dentre outros, são estabelecidos:

- a) Alcance da salubridade ambiental por meio de abastecimento de água potável, coleta e disposição sanitária de resíduos e efluentes;
- b) Subsídio de projetos que visem adequações sanitárias;

- c) Promoção de ações prioritárias com vistas à racionalização do uso da água, com a implementação de programas de educação ambiental.

2.9. Considerando os objetivos deste *Programa de Qualidade da Água*, a proposta atende parte dos objetos deste Ato Convocatório, pela implantação do projeto **Controle de perdas físicas nos sistemas de abastecimento de água** (Anexo IV) e do projeto **Unidades Demonstrativas de tratamento de águas residuais por fitorremediação** (Anexo V), além da elaboração do **Resumo Executivo dos Planos Municipais de Saneamento Básico** (Anexo VI), com vistas à consecução respectivamente, dos seguintes componentes do Plano Plurianual de Aplicação:

- a) 3.1 - Sistemas de abastecimento de água
 - a - Combate a perdas físicas de água
- b) 3.2 - Sistemas de esgoto sanitário
 - b - Intervenções de baixo custo para tratamento de águas residuais
- c) 3.6 - Ações especiais
 - a - Plano Municipal de Saneamento Básico.

2.10. Reportando-se à estratégia do *Programa de Impacto na Quantidade de Água*, os seguintes objetivos, dentre outros, são estabelecidos:

- a) Implementação de ações mitigadoras do impacto ambiental, com vistas à conservação e revitalização da bacia hidrográfica;
- b) Promoção de ações estratégicas que refletem na disponibilidade hídrica da região;
- c) Incorporação de novos conhecimentos e continuidades das ações.

2.11. Considerando os objetivos deste *Programa de Impacto na Quantidade de Água*, a proposta atende parte dos objetos deste Ato Convocatório, pelos arranjos institucionais para elaboração do projeto **Recuperação hidroambiental na microbacia do Córrego Capão da Erva** (Anexo VII), e pela implantação do projeto **Recuperação hidroambiental na microbacia do Córrego Indaiá** (Anexo VIII) e do projeto **Desenvolvimento e sustentabilidade da Bacia Hidrográfica do Rio Uberabinha** (Anexo IX), com vistas à consecução respectivamente, dos seguintes componentes do Plano Plurianual de Aplicação:

- a) 4.2 - Recuperação de áreas degradadas
 - a - Projeto de recuperação no Córrego Capão da Erva - Santa Juliana
 - b - Projeto de recuperação no Córrego Indaiá - Indianópolis
- b) 4.4 - Ações Especiais
 - c - Programa Buriti / DMAE Uberlândia.

2.12. Reportando-se à estratégia do *Programa de Mobilização, Comunicação Social e Educação Ambiental*, os seguintes objetivos, dentre outros, são estabelecidos:

- a)** Direcionar recursos para fortalecer a gestão das águas, por intermédio da mobilização e da comunicação, com vistas a assegurar capital social em torno da questão hídrica;
- b)** Desenvolver metodologias para inserção da Educação Ambiental nas ações do Comitê;
- c)** Difundir informações em diversas mídias, promover a coletivação, registrar a memória e fornecer elementos de identificação com a causa e com o projeto mobilizador.

2.13. Considerando os objetivos deste *Programa de Mobilização, Comunicação Social e Educação Ambiental*, a proposta atende parte dos objetos deste Ato Convocatório, pela elaboração do projeto **Museu da Água**, (Anexo X), com vistas à consecução do seguinte componente do Plano Plurianual de Aplicação:

- a)** 5.4 - Ações especiais
 - a - Museu da Água.

2.14. A proposta para criação do Museu da Água atende à demanda da Diretoria do CBH Araguari, fundamentada na estratégia de desenvolver ferramentas para consolidação dos objetivos da gestão das águas. O projeto elaborado deverá ser devidamente discutido em âmbito das Câmaras Técnicas, para posterior deliberação plenária do Comitê, ocasião em que, se aprovado, haverá a devida consignação orçamentária no Plano Plurianual de Aplicação.

3 - SÍNTESE DOS PRODUTOS CONTRATADOS POR PROJETO ESPECÍFICO

3.1. Os componentes anexos deste Ato Convocatório (Anexo II a X) apresentam os projetos envolvidos neste processo de contratação, cujo objeto se traduz pela viabilização da análise e estudos requeridos e pela implementação das ações projetadas, na expectativa de atender aos objetivos delineados em cada projeto específico, em compatibilidade com as diretrizes do Plano Diretor de Recursos Hídricos da Bacia Hidrográfica do Rio Araguari e com as dotações orçamentárias consignadas no Plano de Aplicação Plurianual para o período 2013-2017.

3.2. Os referidos projetos são parte integrante deste Termo de Referência.

3.3. A empresa CONTRATADA deverá disponibilizar 03 (três) profissionais, na função de Consultor Ambiental Junior, e seus substitutos quando em período de férias regulamentares ou outras situações impeditivas, com dedicação presencial na sede da CONTRATANTE, com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, responsáveis pelo acompanhamento técnico de projetos específicos, aqui discriminados em anexo, e pela elaboração de termos de referência para contratação de novos produtos, com a geração dos produtos deles derivados.

3.4. A empresa CONTRATADA será responsável pelo suporte de todas as atribuições desenvolvidas pelos profissionais disponibilizados, devendo, para tanto, assegurar condições para a consecução das atribuições e dos produtos contratados aqui descritos, facultando-lhe, entretanto, o dimensionamento das atividades entre outros profissionais de sua estrutura técnica, ainda que haja necessidade de complementação das ações por profissionais distintos.

3.5. As atribuições da CONTRATADA estão enumeradas em cada projeto, que correspondem ao desenvolvimento de objetivos específicos. Como forma de aferição e sistematização dessas atribuições, a CONTRATADA, através dos profissionais disponibilizados, deverá apresentar os produtos discriminados em cada projeto em referência, sinteticamente apresentados a seguir.

A - PROGRAMA DE PLANEJAMENTO E GESTÃO DE RECURSOS HÍDRICOS

3.6. Relatório-síntese da Conferência Nacional de Segurança Hídrica

a) Etapa 1 - Compilação do material técnico

- Produto 1: Transcrição do material técnico apresentado durante a Conferência (palestras, debates e outras apresentações)

Duração prevista: 90 dias

b) Etapa 2 - Suporte técnico na contratação de empresa para leiautização do material

- Produto 2: Elaboração de Termo de Referência para contratação de empresa para leiautização do material degradado

Duração prevista: 45 dias

c) Etapa 3 - Suporte técnico na contratação de material gráfico

- Produto 3: Elaboração de Termo de Referência para contratação de material gráfico

Duração prevista: 30 dias

3.7. Revisão do Plano de Recursos Hídricos / Proposta de Enquadramento

a) Meta 1 - Suporte técnico em estudos referenciais

- Produto 1: Síntese das definições dos produtos intermediários do Plano Diretor

Duração prevista: 60 dias

- Produto 2: Relatório com anexação da síntese da reunião final da CTPlan

Duração prevista: 15 dias

- Produto 3: Relatório com anexação da Ata da Assembleia do CBH Araguari

Duração prevista: 15 dias

b) Meta 2 - Elaboração de Termos de Referência para contratação do diagnóstico

- Produto 4: Termos de Referência para os componentes da fase de diagnóstico

Duração prevista: 120 dias

B - PROGRAMA DE QUALIDADE DE ÁGUA

3.8. Controle de perdas físicas nos sistemas de abastecimento de água

- a) Etapa 1 - Suporte técnico na elaboração de Procedimento de Manifestação de Interesse
- Produto 1: Relação definitiva dos municípios interessados
Duração prevista: 45 dias
- b) Etapa 2 - Suporte técnico na contratação de consultoria especializada
- Produto 2: Elaboração de Termo de Referência para contratação de Metodologia de Gerenciamento da Rotina Operacional
Duração prevista: 30 dias
- c) Etapa 3 - Implantação de Metodologia de Gerenciamento da Rotina Operacional
- Produto 3: Relatório de acompanhamento da implantação do Programa de Gerenciamento nos processos administrativos, financeiros e operacionais
Duração prevista: 365 dias
 - Produto 4: Parecer Técnico sobre o Relatório Final de Implantação do modelo.
Duração prevista: 100 dias

3.9. Unidades Demonstrativas de tratamento de águas residuais por fitorremediação

- a) Etapa 1 - Identificação dos municípios interessados
- Produto 1: Relação definitiva dos municípios interessados
Duração prevista: 10 dias
 - Produto 2: Relatório sintético com registro fotográfico
Duração prevista: 30 dias
- b) Etapa 2 - Construção de arranjo institucional
- Produto 3: Relatório da visita com registro fotográfico
Duração prevista: 10 dias
 - Produto 4: Relatório com registro fotográfico
Duração prevista: 20 dias
- c) Etapa 3 - Levantamento diagnóstico para concepção dos projetos
- Produto 5: Apresentação dos estudos e formalização de Termo de Compromisso
Duração prevista: 45 dias
 - Produto 6: Relatório com anexação da síntese da reunião da Câmara Técnica
Duração prevista: 15 dias
 - Produto 7: Relatório com anexação da Ata da Assembleia do CBH Araguari
Duração prevista: 30 dias

d) Etapas 4 - Elaboração dos projetos das Unidades Demonstrativas

- Produto 8: Síntese das condições estabelecidas em cada projeto

Duração prevista: 120 dias

- Produto 9: Termo de Referência para cada Unidade Demonstrativa

Duração prevista: 30 dias

e) Etapas 5 - Instalação das unidades Demonstrativas

- Produto 10: Relatório com anexação da Ata da reunião e de registro fotográfico

Duração prevista: 30 dias

- Produto 11: Relatório com registro fotográfico e Parecer Técnico

Duração prevista: 120 dias

f) Etapas 6 - Capacitação gerencial e técnico-operacional

- Produto 12: Termo de Referência se houver, e Relatório de Atividades

Duração prevista: 60 dias

- Produto 13: Relatório com registro fotográfico e Parecer Técnico

Duração prevista: 30 dias

3.10. Resumo Executivo dos Planos Municipais de Saneamento Básico

a) Etapas 1 - Elaboração do Resumo Executivo dos planos municipais

- Produto 1: Elaboração dos resumos de 14 municípios da bacia hidrográfica

Duração prevista: 210 dias

b) Etapas 2 - Suporte técnico na contratação de material gráfico

- Produto 2: Elaboração de Termo de Referência para contratação de material gráfico

Duração prevista: 30 dias

C - PROGRAMA DE IMPACTO NA QUANTIDADE DE ÁGUA

3.11. Recuperação hidroambiental na microbacia do Córrego Capão da Erva

a) Etapas 1 - Articulação institucional para viabilização do projeto

- Produto 1: Relatório das ações implementadas junto à Prefeitura Municipal e aos produtores rurais envolvidos

Duração prevista: 60 dias

- Produto 2: Termo de Aceite dos produtores em relação às intervenções propostas

Duração prevista: 30 dias

- Produto 3: Protocolização do PTRF junto ao Instituto Estadual de Florestas (IEF)

Duração prevista: 90 dias

- b) Etapa 2 - Suporte técnico na contratação de empresa executora das ações
- Produto 4: Elaboração do Termo de Referência para contratação de empresa(s) responsável(eis) pela execução de obras e serviços
Duração prevista: 60 dias
- c) Etapa 3 - Acompanhamento técnico da implantação do projeto
- Produto 5: Relatório com registro fotográfico e Parecer Técnico
Duração prevista: 540 dias

3.12. Recuperação hidroambiental na microbacia do Córrego Indaiá

- a) Etapa 1 - Suporte técnico na contratação de empresa executora das ações
- Produto 1: Atualização do Termo de Referência para contratação de empresa(s) responsável(eis) pela execução de obras e serviços
Duração prevista: 45 dias
- b) Etapa 2 - Acompanhamento técnico da implantação do projeto
- Produto 2: Relatório com registro fotográfico e Parecer Técnico
Duração prevista: 540 dias

3.13. Desenvolvimento e sustentabilidade da Bacia Hidrográfica do Rio Uberabinha

- a) Etapa 1 - Suporte técnico na contratação de empresa executora das ações
- Produto 1: Elaboração de Termos de Referência para contratação de empresa(s) responsável(eis) pela execução das ações de conservação de água e de solo, projetadas pelo Departamento Municipal de Água e Esgoto de Uberlândia (DMAE)
Duração prevista: 60 dias
- b) Etapa 2 - Acompanhamento técnico da implantação do projeto
- Produto 2: Relatório com registro fotográfico e Parecer Técnico
Duração prevista: 600 dias

D - PROGRAMA DE MOBILIZAÇÃO, COMUNICAÇÃO SOCIAL E EDUCAÇÃO AMBIENTAL

3.14. Museu da Água

- a) Etapa 1 - Elaboração do projeto para implantação do Museu da Água
- Produto 1: Desenvolvimento de pesquisas e identificação de atrações para concepção do projeto
Duração prevista: 60 dias
 - Produto 2: Estudo de viabilidade do projeto com base em levantamento de custos e investimentos e na articulação institucional com potenciais entidades parceiras
Duração prevista: 60 dias

- Produto 3: Relatório-síntese da reunião de aprovação pela Diretoria do Comitê
Duração prevista: 15 dias
 - Produto 4: Relatório com anexação da síntese da reunião da Câmara Técnica
Duração prevista: 15 dias
 - Produto 5: Relatório com anexação da Ata da Assembleia do CBH Araguari
Duração prevista: 30 dias
- b) Etapa 2** - Suporte técnico na contratação das ações projetadas
- Produto 6: Elaboração de Termos de Referências para contratação de empresa(s) responsável(eis) pela concepção do Projeto Executivo
Duração prevista: 60 dias

4 - PARTIÇÃO DOS PROJETOS E CRONOGRAMA PREVISTO

4.1. Na expectativa de melhor aproveitamento técnico dos profissionais disponibilizados pela CONTRATADA, os projetos especificados neste Ato Convocatório serão agrupados em 03 (três) blocos, conforme demonstrado a seguir, de forma que cada bloco tenha um profissional responsável pelo acompanhamento e desenvolvimento dos projetos e ações ali inseridos.

a) Bloco 1:

- Revisão do Plano Diretor de Recursos Hídricos; e
- Museu da Água.

b) Bloco 2:

- Relatório-síntese da Conferência Nacional de Segurança Hídrica; e
- Resumo Executivo dos Planos Municipais de Saneamento Básico (PMSB).

c) Bloco 3:

- Controle de perdas físicas nos sistemas de abastecimento de água;
- Unidades Demonstrativas de tratamento de águas residuais por fitorremediação;
- Recuperação hidroambiental na microbacia do Córrego Capão da Erva;
- Recuperação hidroambiental na microbacia do Córrego Indaiá; e
- Desenvolvimento e sustentabilidade da Bacia Hidrográfica do Rio Uberabinha.

4.2. A partição ora prevista atribui a cada profissional a responsabilidade pela condução das atribuições dos projetos especificados no bloco sob sua supervisão. Entretanto, tal partição não deve limitar a atuação técnica individual, devendo-se prever interação e reciprocidade entre os profissionais e a empresa CONTRATADA, de forma a assegurar a consecução das atividades aqui descritas, convergindo para uma sistemática comum e articulada de ações, com vistas à eficácia do gerenciamento dos recursos hídricos na Bacia Hidrográfica do Rio Araguari.

4.3. O prazo contratual para desenvolvimento e conclusão dos projetos está previsto para 24 (vinte e quatro) meses, ressaltando que cada bloco apresenta prazo de execução diferenciado, considerando a simultaneidade de ações entre os projetos. Assim, para efeito da composição de custos, são demonstrados a seguir o período de execução considerado para disponibilização dos técnicos, considerando a otimização de suas atribuições, sem prejuízo da qualidade dos produtos aqui contratados.

- a) Bloco 1: 12 meses
- b) Bloco 2: 10 meses
- c) Bloco 3: 24 meses.

4.4. O cronograma previsto para apresentação dos produtos originados deste Ato Convocatório é demonstrado a seguir, ficando assegurada a possibilidade de prorrogação.

Cronograma Bloco 1	Meses																							
	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	11	12	13	14	15	16	17	18	19	20	21	22	23	24
Revisão do Plano de Recursos Hídricos / Proposta de Enquadramento																								
Produto 1: Síntese das definições dos produtos intermediários do Plano Diretor																								
Produto 2: Relatório com anexação da síntese da reunião final da CTPlan																								
Produto 3: Relatório com anexação da Ata da Assembleia do CBH Araguari																								
Produto 4: Termos de Referência para os componentes da fase de diagnóstico																								
Museu da Água																								
Produto 1: Desenvolvimento de pesquisas e identificação de atrações para concepção do projeto																								
Produto 2: Estudo de viabilidade do projeto com base em levantamento de custos e investimentos e na articulação institucional com potenciais entidades parceiras																								
Produto 3: Relatório-síntese da reunião de aprovação pela Diretoria do Comitê																								
Produto 4: Relatório com anexação da síntese da reunião da Câmara Técnica																								
Produto 5: Relatório com anexação da Ata da Assembleia do CBH Araguari																								
Produto 6: Elaboração de Termos de Referências para contratação de empresa(s) responsável(eis) pela concepção do Projeto Executivo																								

Cronograma Bloco 2	Meses																							
	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	11	12	13	14	15	16	17	18	19	20	21	22	23	24
Relatório-síntese da Conferência Nacional de Segurança Hídrica																								
Produto 1: Transcrição do material técnico apresentado durante a Conferência (palestras, debates e outras apresentações)																								
Produto 2: Elaboração de Termo de Referência para contratação de empresa para leiautização do material degavado																								
Produto 3: Elaboração de Termo de Referência para contratação de material gráfico																								
Resumo Executivo dos Planos Municipais de Saneamento Básico																								
Produto 1: Elaboração dos resumos de 14 municípios da bacia hidrográfica																								
Produto 2: Elaboração de Termo de Referência para contratação de material gráfico																								

Cronograma Bloco 3	Meses																							
	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	11	12	13	14	15	16	17	18	19	20	21	22	23	24
Controle de perdas físicas nos sistemas de abastecimento de água																								
Produto 1: Relação definitiva dos municípios interessados																								
Produto 2: Elaboração de Termo de Referência para contratação de Metodologia de Gerenciamento da Rotina Operacional																								
Produto 3: Relatório de acompanhamento da implantação do Programa de Gerenciamento nos processos administrativos, financeiros e operacionais																								
Produto 4: Parecer Técnico sobre o Relatório Final de Implantação do modelo																								
Unidades Demonstrativas de tratamento de águas residuais por fitorremediação																								
Produto 1: Relação definitiva dos municípios interessados																								
Produto 2: Relatório sintético com registro fotográfico																								
Produto 3: Relatório da visita com registro fotográfico																								
Produto 4: Relatório com registro fotográfico																								
Produto 5: Apresentação dos estudos e formalização de Termo de Compromisso																								
Produto 6: Relatório com anexação da síntese da reunião da Câmara Técnica																								
Produto 7: Relatório com anexação da Ata da Assembleia do CBH Araguari																								
Produto 8: Síntese das condições estabelecidas em cada projeto																								
Produto 9: Termo de Referência para cada Unidade Demonstrativa																								
Produto 10: Relatório com anexação da Ata da reunião e de registro fotográfico																								
Produto 11: Relatório com registro fotográfico e Parecer Técnico																								
Produto 12: Termo de Referência se houver, e Relatório de Atividades																								
Produto 13: Relatório com registro fotográfico e Parecer Técnico																								
Recuperação hidroambiental na microbacia do Córrego Capão da Erva																								
Produto 1: Relatório das ações implementadas junto à Prefeitura Municipal e aos produtores rurais envolvidos																								
Produto 2: Termo de Aceite dos produtores em relação às intervenções propostas																								
Produto 3: Protocolização do PTRF junto ao Instituto Estadual de Florestas (IEF)																								
Produto 4: Elaboração do Termo de Referência para contratação de empresa(s) responsável(eis) pela execução de obras e serviços																								
Produto 5: Relatório com registro fotográfico e Parecer Técnico																								
Recuperação hidroambiental na microbacia do Córrego Indaiá																								
Produto 1: Atualização do Termo de Referência para contratação de empresa(s) responsável(eis) pela execução de obras e serviços																								
Produto 2: Relatório com registro fotográfico e Parecer Técnico																								
Desenvolvimento e sustentabilidade da Bacia Hidrográfica do Rio Uberabinha																								
Produto 1: Elaboração de Termos de Referência para contratação de empresa(s) responsável(eis) pela execução das ações de conservação de água e de solo, projetadas pelo Departamento Municipal de Água e Esgoto de Uberlândia (DMAE)																								
Produto 2: Relatório com registro fotográfico e Parecer Técnico																								

4.5. Havendo necessidade de prorrogação por razões técnicas e operacionais, devidamente motivadas e justificadas, a vigência total, ou de determinado bloco, poderá ser ampliada, desde que assegurada pelos instrumentos jurídicos, com suas alterações e eventuais aditamentos, que fundamentam a presente contratação.

5 - DISPOSIÇÕES LEGAIS E NORMATIVAS

5.1. Os instrumentos que fundamentam o presente processo de seleção de propostas estão devidamente discriminados no Item 3 do Ato Convocatório, não desconsiderando outras disposições do ordenamento jurídico e normativo pertinentes ao objeto contratado.

6 - QUALIFICAÇÃO TÉCNICA DOS PROFISSIONAIS

6.1. Conforme disposto no Item 3.3, a empresa CONTRATADA deverá disponibilizar 3 (três) profissionais, na função de Consultor Ambiental Junior, para condução dos projetos e desenvolvimento dos produtos aqui elencados, devendo ser consideradas as seguintes condições:

- a)** Profissional de nível superior, com formação em áreas com atribuições concorrentes relacionadas ao meio ambiente e aos recursos hídricos, com período de graduação de, no mínimo, 4 (quatro) anos, e concluída em instituição de ensino reconhecida pelo Ministério da Educação;
- b)** Comprovação de inscrição e regularidade no Conselho de Classe;
- c)** Desejável experiência em atividades na área ambiental ou associadas a recursos hídricos;
- d)** Desejável conhecimento avançado em informática (ambiente Windows®: Word, Excel e Power Point) e habilidade na rede mundial (internet) e em correio eletrônico;
- e)** Postura ativa e habilidade nas relações interpessoais, com cordialidade e urbanidade.

Araguari - MG, 11 de julho de 2016.

Sérgio Gustavo Rezende Leal
Diretor Presidente

DE ACORDO: 11 de julho de 2016.

PÉTULA SOCIEDADE DE ADVOGADOS
Consultoria Jurídica - ABHA



ANEXO II

REFERÊNCIA PARA ELABORAÇÃO DO RELATÓRIO-SÍNTESE DA CONFERÊNCIA NACIONAL DE SEGURANÇA HÍDRICA

O material técnico apresentado na Conferência Nacional de Segurança Hídrica (CNSH) encontra-se disponível em <http://www.cbharaguari.org.br/p/cnsh>.

Adicionalmente, o Relatório-síntese deverá considerar material disponível em áudio, com 2.070 minutos de gravação (35 horas, aproximadamente).



ANEXO III

MATRIZ REFERÊNCIA PARA ELABORAÇÃO DOS ESTUDOS PARA REVISÃO DO PLANO DIRETOR DE RECURSOS HÍDRICOS

A minuta do Termo de Referência para elaboração do Plano Diretor de Recursos Hídricos da Bacia Hidrográfica do Rio Araguari encontra-se disponível em.

http://www.cbharaguari.org.br/uploads/1_o_comite/4_reunioes/2_camaras_tecnicas/ctpl/an/2016/16.04.08/minuta_termo_referencia.pdf.

Esse documento, ainda que em forma não definitiva, serve como diretriz para a geração dos produtos previstos neste Ato Convocatório.

ANEXO IV

CONSIDERAÇÕES SOBRE O GERENCIAMENTO DA ROTINA OPERACIONAL NOS SISTEMAS DE ABASTECIMENTO DE ÁGUA

TEMA 3

Redução de perdas físicas nos sistemas de abastecimento urbano



Ação

- Dar continuidade ao Projeto Controle às Perdas Físicas – iniciado em 2013, pelo CBH Araguari.

Meta

- Por meio de capacitação e auxílio na aquisição de hidrômetros reduzir as perdas físicas nos sistemas de abastecimento.

Status

- Contratação da empresa responsável pela capacitação dos gestores e operadores dos sistemas de abastecimento.



PROJETO DE CONTROLE ÀS PERDAS FÍSICAS CBH ARAGUARI



Dado:

- 33,5% da água tratada em Minas Gerais é desperdiçada

Causas das perdas:

- Projetos inadequados;
- Falta de planejamento;
- Falta de instrumentos de controle e monitoramento;
- Mão de obra desqualificada.

Cidades participantes / perdas físicas:

Araguari / 40.5%
Ibiá / 10.8%
Nova Ponte / ---
Pratinha / ---
Patrocínio / 46%
Sacramento / 29.1%
Tupaciguara / 22.2%
Uberaba / 42.9%
Uberlândia / 29%



PROJETO DE CONTROLE ÀS PERDAS FÍSICAS CBH ARAGUARI



Ações do projeto

- Reuniões com as 9 cidades que possuem unidades autônomas de água e esgoto para diagnosticar o problema;
- Definição, em reunião, do apoio à implantação do serviço de saneamento no município Pratinha – devido à inexistência de sistema de medição por hidrometração, inviabilizando qualquer iniciativa de controle, sendo que ao final da implantação do sistema nesse município, a sequência de atividades deveriam ser implementadas;
- Aquisição de hidrômetros para Pratinha;
- Acompanhamento da instalação dos hidrômetros em Pratinha;
- Levantamento de dados de capacitação técnica, financeira e gerencial;
- Processo de seleção para empresa de capacitação;
- Aprimoramento gerencial e operacional aos gestores dessas Unidades autônomas.



ANEXO V

IMPLANTAÇÃO DE UNIDADES DEMONSTRATIVAS DE TRATAMENTO DE ÁGUAS RESIDUAIS POR FITORREMEDIAÇÃO



PROGRAMA DE QUALIDADE DE ÁGUA

IMPLEMENTAÇÃO DE UNIDADES DEMONSTRATIVAS DE TRATAMENTO DE ÁGUAS RESIDUAIS POR FITORREMEDIAÇÃO

1 - GESTÃO DO PROJETO

Como desdobramento das discussões promovidas quanto à situação de alguns municípios que integram a Bacia Hidrográfica do Rio Araguari, relativamente à precariedade dos sistemas de esgotamento sanitário, e como resultado do 1º *Seminário de Fitorremediação do Comitê da Bacia Hidrográfica do Rio Araguari (CBH Araguari)*, realizado em 2014, e ainda, considerando por decisão do Comitê a necessidade de viabilizar alternativas de tratamento de efluentes de mais baixo custo, a Associação Multissetorial de Usuários de Recursos Hídricos da Bacia Hidrográfica do Rio Araguari (ABHA), como Entidade Equiparada às funções de Agência de Água por deliberação do Conselho Estadual de Recursos Hídricos de Minas Gerais (CERH-MG), é parte legítima para proposição das ações aqui projetadas, revestindo a sua Direção Executiva como Gestora do projeto aqui delineado.

Para gerenciamento deste projeto, torna-se imprescindível a figura adicional de um profissional, com dedicação integral, com atribuição técnica de promover a interlocução e a articulação institucional necessárias ao cumprimento da demanda apresentada, no sentido de viabilizar os estudos básico e executivo, e a consequente implementação de unidades demonstrativas de tratamento de efluentes pelo processo de fitorremediação.

2 - INTRODUÇÃO

A importância da gestão dos recursos hídricos no processo de desenvolvimento socioeconômico é inquestionável, especialmente no cenário atual, onde a água, além de cumprir o seu papel natural de abastecimento público e como insumo dos diversos setores produtivos, vem sendo degradada, em maior ou menor intensidade, ao receber a descarga e lançamentos de efluentes sanitários, industriais e agropecuários. Em determinadas situações, esses lançamentos podem restringir a utilização da água, prejudicando a disponibilidade de acesso ao recurso, e em especial, exigindo elevados investimentos para a recuperação de sua qualidade.

Rua Jaime Gomes, 741, Centro - Araguari MG - CEP 38440-244 - Fone/Fax 34 3241-4849 - abha@cbharaguari.com.br / abhaaraguari.org.br



Registra-se que na região onde está inserida a Bacia Hidrográfica do Rio Araguari, que corresponde à Unidade de Planejamento e Gestão de Recursos Hídricos do Estado de Minas Gerais (UPGRH PN2), alguns municípios encontram seríssimas dificuldades em conseguir solução definitiva para os problemas associados ao esgotamento sanitário, e o respectivo tratamento dos efluentes gerados. Vale ressaltar também, que na área rural de grande parte dos municípios, onde residem certos aglomerados populacionais, a atenção dedicada ao problema de efluentes tem sido fortemente prejudicada.

É importante lembrar ainda que, por imposição legal, cada município deve garantir a universalização do acesso ao saneamento básico, com quantidade, igualdade, continuidade e controle social, para alcançar a melhoria das condições sanitárias e ambientais do município e, conseqüentemente, da qualidade de vida da população. Nesse particular, a atuação do Ministério Público tem sido evidenciada, forçando os Gestores Municipais à solução do problema, o que, por limitações de ordem técnica, política e orçamentária, os coloca em situação vulnerável, a ponto de se buscar a adoção de alternativas emergenciais, e por vezes, temporárias e não apropriadas, com o risco de maior comprometimento da saúde financeira do município envolvido.

3 - JUSTIFICATIVA

Segundo dados de fontes diversas, a situação do Brasil em relação aos sistemas de esgotamento sanitário é extremamente crítica, refletindo em precários processos de disposição dos efluentes e o respectivo tratamento. Boa parte da população sequer conta com rede coletora de esgoto, nem, ao menos, com a figura de fossas sépticas. Reitera-se que a situação de alguns municípios da Bacia Hidrográfica do Rio Araguari se assemelha à realidade brasileira.

As tecnologias de tratamento convencionais atualmente aplicadas apresentam alto consumo energético, com a geração de volumes expressivos de resíduos, exigindo grandes investimentos para promover sua adequada disposição final. Além disso, é importante registrar que por razões diversas, grande parte dos sistemas demonstra baixa eficiência, não atendendo aos parâmetros de qualidade originalmente previstos. Dessa forma, o elevado custo operacional e a baixa capacidade de investimento acabam inviabilizando todo o sistema de tratamento dos efluentes.

Rua Jaime Gomes, 741, Centro - Araguari MG - CEP 38440-244 - Fone/Fax 34 3241-4849 - abha@cbharaguari.com.br / abhaaraguari.org.br



Torna-se importante, pois, pensar em modelos alternativos de sistemas de saneamento que possam ser empregados de forma mais sustentável de intervenção.

A utilização de tecnologias de intervenção de baixo custo para tratamento de águas residuais vem sendo estudada, tendo sido elaborado um levantamento sobre as técnicas de baixo custo mais empregadas no Brasil e no mundo; como resultado, as estações de tratamento pelo método de fitorremediação apresentaram-se econômica e ambientalmente com grande viabilidade.

Motivado pelo resultado desse levantamento, esta Entidade participou de dois eventos científicos e duas visitas técnicas à cidade de Novo Hamburgo, no Rio Grande do Sul, uma das pioneiras em implantar estações de tratamento de efluentes por fitorremediação, sendo inclusive, a detentora da patente espanhola das *wetlands*.

O CBH Araguari e a ABHA promoveram o *1º Seminário de Fitorremediação do Comitê da Bacia Hidrográfica do Rio Araguari*, em 16 de setembro de 2014, com objetivo de apresentar os vários métodos de tratamento e despoluição ambiental que utilizam sistemas vegetais e sua microbiota para a remoção, captura ou degradação de efluentes. O evento foi voltado para Gestores Municipais, técnicos dos serviços públicos de saneamento, conselheiros do CBH Araguari e estudantes, e contou com a participação de alguns pesquisadores da área, que abordaram desde o conceito processual até técnicas de fitorremediação, modelos já em utilização, além de técnicas específicas como o uso do bambu e da *typha domingense*.

Como encaminhamento do evento, em novembro/2014, houve a formalização do Convênio de Cooperação entre a ABHA e a mantenedora da Universidade FEEVALE, de Novo Hamburgo (RS), com vistas à transferência de tecnologias para o tratamento de água e esgoto. Na sequência, com o objetivo de viabilizar a tecnologia nos municípios da Bacia do Rio Araguari, instaurou-se Procedimento de Manifestação de Interesse (Edital PMI 02/2014), com a finalidade de identificar Prefeituras Municipais, ou Entidades responsáveis pelo esgotamento sanitário em âmbito municipal, interessadas na obtenção de financiamento para implementação de Unidade Demonstrativa de tratamento de efluentes por fitorremediação. Como resultado desse chamamento público, houve a inscrição de seis municípios.

Rua Jaime Gomes, 741, Centro - Araguari MG - CEP 38440-244 - Fone/Fax 34 3241-4849 - abha@cbharaguari.com.br / abhaaraguari.org.br



O objetivo do projeto é instalar unidades demonstrativas de tratamento de efluentes por fitorremediação, como alternativa de intervenção de baixo custo, procurando demonstrar um sistema de alta responsabilidade, desempenho e eficiência, servindo ainda, como parte de um processo de educação ambiental e mobilização social.

As ações aqui propostas encontram-se embasadas nas diretrizes do *Programa de Qualidade da Água* e apresentam-se em compatibilidade com o Plano Diretor de Recursos Hídricos da Bacia Hidrográfica do Rio Araguaí. Ressalta-se que essas ações originadas da implementação do referido Programa estão consignadas no Plano de Aplicação Plurianual dos recursos da Cobrança pelo Uso dos Recursos Hídricos, conforme disposições da Resolução CBH Araguaí Nº 44/2013, devidamente aprovado e inserido como aditamento ao Contrato de Gestão em curso, formalizado entre a ABHA e o Instituto Mineiro de Gestão das Águas (IGAM).

Ademais, vale justificar que a disponibilização de um profissional responsável pela condução do projeto será devidamente precedida por processo de seleção, por intermédio de Ato Convocatório para a contratação de empresa consultora, para a necessária interlocução e articulação institucional, no sentido de viabilizar os estudos básico e executivo, e a consequente implementação de unidades demonstrativas de tratamento de efluentes pelo processo de fitorremediação.

4 - OBJETIVOS

4.1. OBJETIVO GERAL

Viabilizar a implementação de Unidades Demonstrativas de tratamento de efluentes por fitorremediação, aplicadas como intervenção de baixo custo no tratamento de águas residuais nos Municípios da Bacia Hidrográfica do Rio Araguaí, suportadas com os recursos da Cobrança pelo Uso dos Recursos Hídricos.

4.2. OBJETIVOS ESPECÍFICOS

- a)** ratificar o interesse manifestado por alguns municípios em atendimento ao Edital PMI Nº 002/2014;
- b)** acompanhar o desenvolvimento das diversas etapas para viabilização e implantação das Unidades Demonstrativas do tratamento proposto;



- c) facilitar o entendimento e promover a interlocução entre o Poder Público Municipal e a equipe técnica da Universidade FEEVALE, com vistas à continuidade dos estudos técnicos para a elaboração dos projetos;
- d) dar suporte aos pesquisadores envolvidos nos estudos de viabilidade técnica em âmbito de cada município e na elaboração dos projetos respectivos para a implementação das Unidades Demonstrativas
- e) subsidiar a elaboração dos Termos de Referência para contratação de empresa para execução dos projetos apresentados e devidamente aprovados;
- f) dar suporte aos municípios na implementação do arranjo institucional para a consecução dos objetivos;
- g) acompanhar o cronograma físico-financeiro da Unidade Demonstrativa de cada município, promovendo a interlocução com o(s) responsável(eis) pela execução dos projetos; e
- h) elaborar relatórios e emitir pareceres técnicos.

5 - METODOLOGIA, METAS E PRODUTOS ESPERADOS

O desenvolvimento do projeto é dividido em etapas específicas, discriminadas a seguir, de forma a consolidar, além do real interesse dos municípios inscritos, os estudos técnicos sobre a viabilidade dos empreendimentos.

A execução dos trabalhos contratados consiste na adoção de procedimentos para propiciar o arranjo institucional entre os pesquisadores da Universidade e os municípios envolvidos, além do suporte aos estudos de viabilidade técnica e financeira, com vistas à geração do produto final, que é o projeto das Unidades Demonstrativas de tratamento de efluentes por fitorremediação, adequadas às características e particularidades de cada local estudado.

5.1 - IDENTIFICAÇÃO DOS MUNICÍPIOS INTERESSADOS

a) Meta 1

Análise dos requerimentos das Prefeituras Municipais e Entidades interessadas, de acordo com critérios técnicos apresentados no Edital PMI Nº 02/2014.

Produto: Relação definitiva dos municípios interessados.



b) Meta 2

Caracterização das condições e da área destinada à Unidade Demonstrativa de cada município habilitado.

Produto: Relatório sintético com registro fotográfico.

5.2 - CONSTRUÇÃO DE ARRANJO INSTITUCIONAL

a) Meta 3

Viabilização e acompanhamento de visita técnica de representante de cada município à Universidade FEEVALE, em Novo Hamburgo (RS), para conhecimento da tecnologia.

Produto: Relatório da visita com registro fotográfico.

b) Meta 4

Acompanhamento da visita técnica dos pesquisadores da FEEVALE aos municípios e suporte no arranjo institucional para estabelecimento das estratégias e objetivos.

Produto: Relatório com registro fotográfico.

5.3 - LEVANTAMENTO DIAGNÓSTICO PARA CONCEPÇÃO DOS PROJETOS

a) Meta 5

Compilação dos estudos preliminares da FEEVALE sobre a viabilidade técnica do empreendimento, com estimativa de custos, e ratificação do interesse dos municípios.

Produtos: Apresentação compilada dos estudos e formalização de Termo de Compromisso do Gestor Municipal, ratificando o interesse em abrigar uma Unidade Demonstrativa nas condições estabelecidas.

b) Meta 6

Apresentação da proposta desenvolvida para cada município em reunião da Câmara Técnica de Planejamento e Controle (CTPlan) do CBH Araguari.

Produto: Relatório com a anexação da síntese da reunião.

c) Meta 7

Apresentação da proposta de implementação das Unidades Demonstrativas nos municípios identificados em Assembleia Geral do CBH Araguari.

Produto: Relatório com a anexação da ata da Assembleia.



5.4 - ELABORAÇÃO DOS PROJETOS DAS UNIDADES DEMONSTRATIVAS

a) Meta 8

Suporte, como elemento técnico de ligação, na elaboração dos projetos das Unidades Demonstrativas, desenvolvidos pela FEEVALE.

Produto: Síntese das condições estabelecidas em cada projeto, apresentando, dentre outros, i) parâmetros técnicos de concepção; ii) definição de aspectos gerenciais, técnicos e operacionais; e iii) responsabilidades e obrigações das partes envolvidas.

b) Meta 9

Apoio na elaboração dos Termos de Referência para contratação da(s) empresa(s) para execução dos projetos apresentados e devidamente aprovados pelo Comitê.

Produto: Termo de Referência para cada Unidade Demonstrativa.

5.5 - INSTALAÇÃO DAS UNIDADES DEMONSTRATIVAS

a) Meta 10

Acompanhamento do processo licitatório para contratação da equipe executora de cada projeto e promoção de reunião técnica inicial em âmbito de cada localidade para o início da instalação das Unidades Demonstrativas.

Produto: Relatório com anexação da Ata da reunião e de registro fotográfico.

b) Meta 11

Acompanhamento técnico das ações projetadas, conforme cronograma físico-financeiro estabelecido para cada Unidade e suporte na análise e aferição dos resultados com vistas aos Termos de Aceite dos produtos contratados.

Produto: Relatório com registro fotográfico e Parecer Técnico.

5.6 - CAPACITAÇÃO GERENCIAL E TÉCNICO-OPERACIONAL

a) Meta 12

Apoio, se necessário, na elaboração de Termo de Referência para contratação e suporte no treinamento sobre os aspectos gerenciais, técnicos e operacionais do processo de tratamento.

Produto: Termo de Referência se houver, e Relatório das Atividades.



b) Meta 13

Acompanhamento do início de operação e funcionamento das Unidades de tratamento de efluentes pelo processo de fitorremediação.

Produto: Relatório com registro fotográfico e Parecer Técnico.

6 - PRODUTOS ESPERADOS E DURAÇÃO DAS ETAPAS

Conforme demonstrado, o projeto compreende 6 (seis) etapas e 13 (treze) metas estabelecidas, e apresentação de produtos intermediários até a conclusão do processo para cada município envolvido.

Vale registrar que 6 (seis) municípios apresentaram requerimento de inscrição (Araxá, Ibiá, Indianópolis, Iraí de Minas, Pedrinópolis e Perdizes), conforme *Relação Preliminar de Instituições Inscritas*, publicada em julho/2015, no sítio eletrônico desta Associação.

ETAPA	METAS	PRODUTOS	DURAÇÃO
Identificação dos municípios interessados	Meta 1	Relação definitiva	10 dias
	Meta 2	Relatório	30 dias
Construção de arranjo institucional	Meta 3	Relatório de visita	10 dias
	Meta 4	Relatório	20 dias
Levantamento diagnóstico para concepção dos projetos	Meta 5	Compilação de estudos	45 dias
	Meta 6	Relatório e síntese de reunião	15 dias
	Meta 7	Relatório e ata de reunião	30 dias
Elaboração dos projetos das Unidades Demonstrativas	Meta 8	Síntese dos projetos	120 dias
	Meta 9	Termos de Referência	30 dias
Instalação das Unidades Demonstrativas	Meta 10	Relatório e ata de reunião	30 dias
	Meta 11	Relatório e Parecer Técnico	120 dias
Capacitação gerencial e técnico-operacional	Meta 12	Relatório de Atividades	60 dias
	Meta 13	Relatório e Parecer Técnico	28 dias

Ressalta-se que a operacionalidade deste projeto é condicionada ao desenvolvimento das atividades técnicas dos pesquisadores da FEEVALE, não devendo ser caracterizada qualquer responsabilização desta Entidade quanto a eventuais alterações na projeção inicial. Além disso, em consonância com futuros entendimentos,

Rua Jaime Gomes, 741, Centro - Araguari MG - CEP 38440-244 - Fone/Fax 34 3241-4849 - abha@cbharaguari.com.br / abhaaraguari.org.br

poderá haver supressão de etapas originalmente projetadas, eximindo-se, de igual forma, a ABHA de qualquer responsabilidade em relação ao seu cancelamento.

7 - CRONOGRAMA DE EXECUÇÃO

Considerando a simultaneidade de ações atribuídas aos atores envolvidos, o prazo de execução está previsto para 18 (dezoito) meses, conforme resumidamente está demonstrado a seguir.

Reitera-se ainda, que a condução dos trabalhos depende de tramitação técnica em âmbito de cada município, o que pode ocasionar eventuais atrasos na consolidação e conclusão de determinado(s) produto(s).

Etapas	Meta	Período de execução (meses)								
		1	2	3	4	5	6	7	8	9
1	1									
	2									
2	3									
	4									
3	5									
	6									
	7									

Etapas	Meta	Período de execução (meses)								
		10	11	12	13	14	15	16	17	18
4	8									
	9									
5	10									
	11									
6	12									
	13									

Rua Jaime Gomes, 741, Centro - Araguari MG - CEP 38440-244 - Fone/Fax 34 3241-4849 - abha@cbharaguari.com.br / abhaaraguari.org.br



8 - ESTRUTURA REQUERIDA

a) Equipe técnica

Contratação de empresa Cogerenciadora de Projetos, com disponibilização de um profissional de nível superior, na função de Consultor Ambiental, com formação em áreas com atribuições e competências concorrentes relacionadas ao meio ambiente e aos recursos hídricos, com diplomação em instituição de ensino superior reconhecida pelo Ministério da Educação, em regime integral, por um período de 18 (dezoito) meses, podendo haver recondução dos trabalhos.

A remuneração do profissional deverá basear-se no salário-referência de Analista Ambiental, em contratações já praticadas o pela ABHA.

b) Local de execução e requisitos materiais

Os serviços serão realizados na sede da ABHA, cuja estrutura é dotada do apoio necessário à execução do projeto, com disponibilização de computadores, máquina fotográfica e material de expediente.

Ademais, exige-se deslocamento externo e viagens para a execução das atividades.

c) Diária de viagem

Concessão de diárias para custeio das despesas com hospedagem e refeições, em conformidade com as disposições da Portaria ABHA Nº 002/2015, de 23 de janeiro de 2015, devendo-se prever até três viagens à Universidade FEEVALE, em Novo Hamburgo (RS), e uma visita mensal aos municípios contemplados, totalizando estimativa mínima de 225 (duzentos e vinte e cinco) diárias de valor integral.

d) Deslocamento terrestre e aéreo

Locação de veículo, categoria econômica, estimando-se um total de 216 (duzentos e dezesseis) locações.

Haverá aquisição de trechos aéreos, com previsão de até 5 (cinco) viagens no período.

e) Aquisição de combustível

Concessão de adiantamento para abastecimento do veículo. Pode-se estimar uma distância percorrida ao longo do desenvolvimento do projeto de 33.840 km (1.880 km mensais), demandando aproximadamente 3.300 litros de combustível.



f) Participação em eventos e/ou reuniões técnicas

Necessidade de participação em eventos e/ou reuniões técnicas associadas à discussão do assunto, podendo-se prever dois eventos, de 2 (dois) dias de duração.

9 - PREVISÃO E DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIAS

Para o desenvolvimento das ações do presente projeto, deve ser previsto o valor total de R\$ 213.670,00 (duzentos e treze mil e seiscentos e setenta reais), cuja composição estimada está demonstrada no quadro seguinte.

PROJETO: UNIDADES DE TRATAMENTO DE EFLUENTES POR FITORREMEDIAÇÃO				
COMPOSIÇÃO ORÇAMENTÁRIA				
(Valores expressos em R\$)				
ESTRUTURA	UNIDADE	QUANTIDADE	VALOR UNITÁRIO	TOTAL
Contratação de Pessoa Jurídica	Salário-referência (x 2,2 / coeficiente de encargos)	18 meses	7.700,00	138.600,00
Diária de viagem	Diária integral	225	150,00	33.750,00
Locação de veículo	Locação diária	216	95,00	20.520,00
Passagens aéreas	Bilhete por trecho	10	760,00	7.600,00
Combustível	Litro	3.300	4,00	13.200,00
-	-	-	-	213.670,00

As despesas e obrigações decorrentes da operacionalização deste projeto devem ser apropriadas na dotação orçamentária do Plano Plurianual de Aplicação do Contrato de Gestão IGAM/ABHA nº 001/2012, e suportadas por parte da parcela dos 92,5% dos recursos da Cobrança pelo Uso dos Recursos Hídricos da Bacia Hidrográfica do Rio Araguari, destinada ao financiamento de ações em recursos hídricos:

Programa 3: Programa de Qualidade da Água

Subprograma 3.2: Sistemas de esgoto sanitário

Ação "b": Intervenções de baixo custo para tratamento de águas residuais.

Araguari - MG, abril de 2016.

ANEXO VI

REFERÊNCIA PARA ELABORAÇÃO DO RESUMO EXECUTIVO DOS PLANOS MUNICIPAIS DE SANEAMENTO BÁSICO

O Plano Municipal de Saneamento Básico de cada município envolvido no objeto deste processo está disponível em <http://www.cbharaguari.org.br/a-bacia/mapas-e-estudos>, devendo ser consultado para elaboração do Resumo Executivo.

O Resumo Executivo dos Planos Municipais de Saneamento Básico (REPMSB) deverá compreender minimamente as seguintes etapas:

Apresentação do REPMSB - DEFINIÇÕES PRELIMINARES: apresentação do PMSB, retratando a confiabilidade e a responsabilidade das questões tratadas.

Introdução - CONTEXTUALIZAÇÃO: relato sobre a atual situação do saneamento básico em Minas Gerais e um rápido histórico do processo de elaboração dos Planos Municipais, da descrição do documento, dos objetivos gerais e específicos, da importância e da função das consultas públicas na forma de contribuição.

Diagnóstico - SÍNTESE DA ANÁLISE DIAGNÓSTICA: caracterização do município e caracterização de cada uma das vertentes dos Planos de Saneamento Básico (abastecimento de água, esgotamento sanitário, drenagem urbana e manejo de águas pluviais, limpeza urbana e manejo de resíduos sólidos).

Prognóstico - SÍNTESE DA ANÁLISE PROGNÓSTICA E DAS ALTERNATIVAS PARA UNIVERSALIZAÇÃO DOS SERVIÇOS: projeção das demandas de serviços públicos de saneamento básico e as propostas de cenarização.

Propostas - SÍNTESE DOS PROGRAMAS, PROJETOS E AÇÕES PROPOSTOS: descrição introdutória e a contextualização para cada eixo temático do PMSB.

Investimentos - PROPOSTA DO PLANO DE INVESTIMENTOS: descrição e contextualização para investimentos em cada eixo temático em horizonte temporal.

Indicadores - SÍNTESE DO SISTEMA DE INFORMAÇÕES E DOS INDICADORES DE MONITORAMENTO: descrição do sistema de informações e dos mecanismos e instrumentos de monitoramento e avaliação dos resultados.

Abaixo, síntese da reunião da Diretoria do CBH Araguari, na qual expressa a definição do procedimento de contratação para elaboração do produto aqui discriminado.



**MEMÓRIA DA VI REUNIÃO DE 2016 DA DIRETORIA DO CBH ARAGUARI
GESTÃO 2016/2017**

09 de maio de 2016 – AMVAP

Uberlândia/MG

Membros da Diretoria presentes:

Presidente: Antonio Giacomini Ribeiro
Vice-Presidente: Marco Aurélio Pereira Paiva
Secretário Executivo: Thiago Alves do Nascimento
Secretário Executivo Adjunto: Joaquim Menezes Ribeiro da Silva
Coordenador da CTPlan: Sylvio Luiz Andreozzi
Coordenador da CTOC: Michel Sinclair Rodrigues

Participação:

Dayana de Sá e Sousa – Analista Administrativo
Priscilla Alves Rocha – Assessora de Comunicação
Sérgio Leal – Diretor Presidente da ABHA
Ronaldo Brandão Barbosa – Gerente Administrativo Financeiro da ABHA
Joaquim Odilon Fernandes – Conselheiro (Prefeitura de Iraí de Minas)
Paulo Cardoso – Conselheiro (Sindicato Rural de Iraí de Minas)
Maria Lúcia Furtado – Conselheira (Vale)
Igor Fernandes Gonçalves – Sec. Administração e Planejamento Econômico Iraí de Minas

ASSUNTO TRATADO:

Item 01 – Discussão dos Pareceres Técnicos da CTOC para os Processos de Outorgas da Vale Fertilizantes nº 06014/2013 e nº 02257/2016.

O Presidente do CBH Araguari, Antonio Giacomini, solicita que todo o processo de outorga encaminhado ao comitê tenha e cumpra um cronograma, evitando que os prazos sejam excedidos. O Coordenador da CTIL e da CTOC esclarecem que haverá uma reunião conjunta das câmaras técnicas no dia 12/05/16 para discutir o regimento interno das câmaras, sendo contemplado no documento os procedimentos internos de cada uma. Giacomini pede que este documento seja pautado na próxima assembleia ordinária, a ser realizada no dia 02/06/16. Devido ao curto prazo para entrega do

Rua Jaime Gomes, 741, Centro - Araguari - MG - Brasil - Cep: 38440-244 - Fone: (34) 3246-4269
cbh@cbharaguari.com.br - www.cbharaguari.org.br



deferimento dos processos de outorgas pelo CBH à SUPRAM, fica agendada a 3ª Assembleia Geral Extraordinária para o dia 19/05/16, às 8h30, em Uberlândia, com a seguinte pauta:

- Apresentação e votação dos Pareceres da CTOC referentes aos Processos de Outorgas nº 06014/2013 (Canalização e/ou retificação de curso de água) e nº 2257/2016 (Desvio de curso d'água) da empresa VALE Fertilizantes;
- Apresentação e aprovação das Políticas para Concessão de Patrocínio.

Caso haja algum pedido de vista na plenária do dia 19/05/16, o Presidente solicita ao Secretário Executivo do CBH Araguari, Thiago Alves, que elabore um ofício a ser direcionado à SUPRAM solicitando a prorrogação do prazo de entrega dos documentos para o dia 03/06/16, pois, assim, o pedido poderá ser analisado na 3ª Assembleia Geral Ordinária, a ser realizada no dia 02/06/16 que terá como pauta os seguintes itens:

- Regimento Interno das Câmaras Técnicas;
- Termo de Referência de Revisão do Plano Diretor;
- Revisão do Plano Plurianual de Aplicação;
- Pronunciamento sobre o período de seca;
- Análise do pedido de vista (**caso haja**);
- Projeto de Fitorremediação.

Item 02 – Apresentação e discussão do projeto de Fitorremediação.

O Presidente do CBH informa que ele juntamente aos conselheiros Sylvio Andreozzi e Marco Aurélio, e o Gerente Administrativo e Financeiro da ABHA, Ronaldo Barbosa, visitaram a Universidade Feevale, no Rio Grande do Sul, nos dias 28 e 29 de abril, com o objetivo de buscar informações para estudar a viabilidade da aplicação do método de fitorremediação para tratamento de efluentes na bacia hidrográfica do rio Araguari. Andreozzi comenta que mesmo a qualidade da água saindo dentro dos parâmetros legais, a estação de tratamento ainda não possui licenciamento ambiental, sendo a água descartada na rede de esgoto. O conselheiro também informa que pesquisou, mas não encontrou no Estado de Minas Gerais nenhuma estação de tratamento semelhante. Giacomini manifesta o interesse de implantar uma unidade de demonstração na bacia do



rio Araguari. Ronaldo explica sobre a parte legal do processo, comentando que a faculdade não possui fins lucrativos, que a contratação poderá ser direta com dispensa de licitação, mas que dependerá da limitação orçamentária e que o Comitê deverá delimitar a quantia a ser investida. Ele ressalta que para implantar uma unidade ainda este ano será necessário definir um município a ser contemplado. Sylvio lembra que a definição deverá ser feita respeitando a classificação de sub-bacias prioritárias feita pela CTPlan. Giacomini então estabelece um cronograma, sendo o primeiro passo o contato com a FEAM para discutir a respeito do licenciamento desse tipo de empreendimento. Giacomini aproveitará a reunião já agendada para o dia 17/05/16, em Belo Horizonte, para fazer a consulta. Concomitantemente à consulta à FEAM, a ABHA ficará responsável em realizar o levantamento dos custos (comparativos de uma estação de tratamento comum com a de fitorremediação), formas de contratação e verificar a classificação das sub-bacias e, por último, o CBH deverá analisar a rubrica que será destinada a este fim, dentro do Plano Plurianual de Aplicação. Ao final da discussão sobre o tema, o Presidente sugere ainda que seja realizado outro Seminário de Fitorremediação.

Item 03 – Cronograma de atividades para o Plano Diretor – CTPlan.

O Coordenador da CTPlan, Sylvio Andreozzi, informa que o cronograma das atividades da câmara técnica relacionadas ao Plano Diretor será desenvolvido na reunião do dia 12/05/16, momento em que o Termo de Referência será revisto conforme solicitação da Diretoria. Sérgio Leal, diretor presidente da ABHA, comenta que nos próximos dias será publicado o edital de contratação de técnicos que poderão auxiliar nos trabalhos da CTPlan. Giacomini salienta que a revisão do Plano poderá contar com a participação da Emater e essa definição da participação da entidade se dará nos próximos dias.

Item 04 – Aditivo com a empresa DRZ sobre o Resumo Executivo dos Planos Municipais de Saneamento Básico.

Sérgio Leal sugere que seja elaborado os Resumos Executivos dos Planos Municipais de Saneamento Básico, visando a distribuição e publicidade dos planos à sociedade. Ele



apresenta o orçamento feito junto à DRZ, empresa responsável pela elaboração dos PMSB financiados pelo CBH Araguari, sendo o valor de 219 mil para 20 resumos impressos por município e 253 mil resumos em formato digital (pdf.). Andreozzi questiona se a ABHA possui todos os dados e informações dos planos e se os mesmos estão disponíveis para acesso, pois, se assim for, entende que não há necessidade de realizar esses gastos e sugere que seja feito um evento em cada município para divulgar a entrega dos Resumos Executivos. O Secretário Executivo Adjunto do CBH, Joaquim Menezes, acredita que a criação de uma Comissão de Acompanhamento seria mais significativa do que a distribuição dos resumos, no que se refere a aplicação dos Planos. Giacomini externou sua decepção em relação ao trabalho da DRZ no que tange a parte geográfica do Plano de Saneamento de Iraí de Minas - as páginas iniciais do material foi praticamente cópia de dados secundários. Ao final da conversa fica definido que o edital de contratação mencionado anteriormente poderá contemplar um analista que fará resumos técnicos, incluindo os resumos executivos dos PMSB. Giacomini também expõe a ideia da Diretoria do CBH se reunir com os candidatos a prefeitos dos municípios integrantes da bacia do rio Araguari, visando integração entre Comitê e municípios, além de reforçar compromissos na gestão municipal com os recursos hídricos.

Outros Assuntos

O Diretor Presidente da ABHA Sérgio Leal informa que o NIEA realizou a análise técnica dos projetos de demanda espontânea encaminhados à ABHA e que a maioria dos projetos deve ser readequada por falta de documentos. Leal comunica a possibilidade do próximo edital ser elaborado pelo NIEA, sendo o custo pago pelo Ministério Público. Giacomini concorda, recomendando que o edital siga os parâmetros estabelecidos pelo FHIDRO.

ANEXO VII

CONSIDERAÇÕES SOBRE O PROCESSO DE INTERVENÇÃO NA MICROBACIA DO CÓRREGO CAPÃO DA ERVA, EM SANTA JULIANA

O material técnico está disponível em

http://www.abhaaraguari.org.br/uploads/7_editais/4_contrato_de_gestao_002_2012_igam/2016/24_2016/anexo_7.pdf

ANEXO VIII

RECUPERAÇÃO HIDROAMBIENTAL NA MICROBACIA DO CÓRREGO INDAIÁ, EM INDIANÓPOLIS

O material técnico está disponível em

http://www.abhaaraguari.org.br/uploads/7_editais/4_contrato_de_gestao_002_2012_igam/2016/24_2016/anexo_8.pdf

ANEXO IX

DESENVOLVIMENTO E SUSTENTABILIDADE DA BACIA HIDROGRÁFICA DO RIO UBERABINHA

O material técnico está disponível em

http://www.abhaaraguari.org.br/uploads/7_editais/4_contrato_de_gestao_002_2012_igam/2016/24_2016/anexo_9.pdf

ANEXO X

CONSIDERAÇÕES SOBRE A CRIAÇÃO DO MUSEU DA ÁGUA

Abaixo, síntese da reunião da Diretoria do CBH Araguari, na qual expressa a definição do procedimento de contratação para elaboração do produto aqui discriminado.



MEMÓRIA DA VII REUNIÃO DA DIRETORIA DO CBH ARAGUARI DE 2015
GESTÃO 2013/2015

18 de novembro de 2015 – Fiemg
Uberlândia/MG

Membros da Diretoria presentes:

Presidente: Antonio Giacomini Ribeiro
Vice-Presidente: Joaquim Menezes Ribeiro da Silva
Secretário Executivo: Bruno Gonçalves dos Santos
Coordenador da CTPlan: Sylvio Luiz Andreozzi

Participações:

Sérgio Leal - Diretor Presidente da ABHA
Marco Aurélio Paiva – Conselheiro (Prefeitura de Ibáia)
Maurício Scalón – Conselheiro (Prefeitura de Sacramento)
Priscilla Rocha - Assessora de Comunicação do CBH Araguari
Dayana de Sá e Sousa - Analista Administrativo do CBH Araguari

ASSUNTOS TRATADOS:

1. O presidente do CBH Araguari, Antonio Giacomini, solicita que o **Item 01** da pauta seja discutido por último, já que os outros pontos de pautas deverão complementar o item 01. Dessa forma, no **item 02**, os documentos de avaliação dos CBHs (Relatório Anual de Atividades / Proposta de Calendário de Reuniões / etc.) são apresentados, porém não estão finalizados. Por isso, os presentes conhecem a estrutura e solicitam que após a finalização sejam enviados a todos para aprovação. Ainda nesse item de pauta, a diretoria apreciou o calendário proposto para 2016 para as plenárias, seguindo a marcação da primeira quinta-feira dos meses de fevereiro, abril, junho, agosto, outubro e dezembro. Dessa forma, o calendário abaixo aprovado em diretoria será apresentado em plenária.

CALENDÁRIO ANUAL DAS REUNIÕES – 2016					
ORDEM	REUNIÕES	DATA	HORÁRIO	LOCAL	MUNICÍPIO
1ª	ORDINÁRIA	04.02.2016	08h30	A definir	Ibiá
2ª	ORDINÁRIA	07.04.2016	08h30	A definir	Uberlândia
3ª	ORDINÁRIA	02.06.2016	08h30	A definir	Uberlândia
4ª	ORDINÁRIA	04.08.2016	08h30	A definir	Uberlândia
5ª	ORDINÁRIA	06.10.2016	08h30	A definir	Uberlândia
6ª	ORDINÁRIA	01.12.2016	08h30	A definir	Araguari

2. No **item 03**, o presidente Antonio Giacomini, ressalta que para a primeira Assembleia de 2016, previamente agendada em Ibiá para que todos conheçam o projeto desenvolvido no Rio Misericórdia, alguns itens são necessários, como local para 50 pessoas, coffee, telão, caixa de som, internet e microfones. O conselheiro Marco Aurélio, representante de Ibiá, solicita que os requisitos para sediar a Assembleia sejam enviados por e-mail. O conselheiro Maurício Scalon, da Prefeitura de Sacramento, manifesta interesse em realizar uma Assembleia em Sacramento e solicita que esses requisitos também sejam enviados a ele para que possa avaliar junto ao prefeito. O presidente Giacomini sugere que, seguindo a premissa de toda Assembleia ser acompanhada por um evento técnico, Scalon já pense em um tema para que possa ser trabalhado no período da tarde, no dia da Assembleia. Sérgio Leal, diretor presidente da ABHA, sinaliza que, além de seminários, também se pense em cursos para capacitação. Giacomini pede para que a assessora de comunicação, Priscilla Rocha, apresente os materiais de divulgação do evento Perspectivas na Gestão Ambiental da Bacia Hidrográfica do Rio Araguari, que será realizado nos dias 3 e 4 de dezembro, ressaltando a importância da participação dos conselheiros. Scalon lembra a importância

de se alterar o regimento para que se tenha maior participação dos conselheiros nos eventos, câmaras técnicas, grupos de trabalhos e plenárias do CBH Araguari.

Giacomini sugere que a primeira Assembleia de 2016, já marcada em Ibiá, seja seguida de um seminário sobre áreas degradadas. Marco Aurélio comenta sobre o Dia de Campo pensado para a apresentação do projeto e se compromete de enviar a proposta de orçamento e formato do evento até o dia 24 de novembro para que possa ser enviado a todos os conselheiros e apreciado durante a plenária de dezembro.

3. O presidente do comitê explana sobre a articulação junto à prefeitura de Araguari para que a entidade tenha sua sede, conforme pautado no item 04. Giacomini comenta que a diretoria está elaborando um projeto grande para que, além da sede, o comitê tenha um espaço que agregue outros serviços e ambientes de visitação para a sociedade. O presidente sugere, ainda, a criação de grupo de trabalho, assim que as negociações pelo terreno forem encerradas, para que se pense nesse projeto e que tenha o Bruno Gonçalves, secretário, como coordenador. O ofício reforçando o pedido ao Prefeito foi adequado e aprovado para envio.

4. A portaria do GT Plano está com o prazo de trabalho do grupo vencido, por isso, após consulta ao coordenador da CTPlan, Sylvio Andreozzi, que acompanha de perto o trabalho do grupo, define-se que o GT permanece suas atividades até o dia 30 de dezembro, atendendo ao **item 05** da pauta.

5. Para finalizar, a pauta da Assembleia Geral Ordinária, a ser realizada no dia 3 de dezembro, em Uberlândia, foi elaborada, contemplando o **item 01** e encerrando a reunião.

Item 01 – Abertura com verificação de presença e quórum;

Item 02 – Leitura do expediente e informes;

Item 03 – Aprovação das Atas da 5a Assembleia Geral Ordinária (01.10.15) e da 2a Assembleia Geral Extraordinária (05.11.15);

Item 04 – Apresentação e aprovação da Avaliação do Cumprimento do Plano de Ações Estratégicas (DN 41/2012);



Item 05 – Apresentação e aprovação do Cronograma de Reuniões Ordinárias do CBH Araguari para 2016 (DN 41/2012);

Item 06 – Apresentação e aprovação do Plano de Trabalho para 2016 (DN 41/2012);

Item 07 – Aprovação do Seminário Técnico associado à Assembleia Geral Ordinária em Ibiá, dia 04/02/2016;

Item 08 – Apresentação dos Planos Municipais de Saneamento Básico (PMSB) pela ABHA;

Item 09 – Processo Eleitoral Gestão 2016/2017

- Apresentação do Plano de Trabalho da chapa inscrita
- Eleição da nova Diretoria do CBH Araguari

Item 10 – Outros Assuntos.



MEMÓRIA DA II REUNIÃO DE 2016 DA DIRETORIA DO CBH ARAGUARI

GESTÃO 2013/2015

25 de janeiro de 2016 – Sede CBH Araguari

Araguari/MG

Membros da Diretoria presentes:

Presidente: Antonio Giacomini Ribeiro

Secretário Executivo Adjunto e Coord. Da CTIL: Thiago Alves do Nascimento

Coordenador da CTOC: Marcus Vinícios Andrade Silva

Membros do Grupo de Trabalho de Acompanhamento do Contrato de Gestão presentes:

Membro: Marina Lígia de Oliveira Rocha

Membro: Cláudio Júnio Leocádio

Participações:

Ronaldo Brandão Barbosa – ABHA

Sérgio Leal – ABHA

Priscilla Rocha - Assessora de Comunicação

Dayana de Sá e Sousa - Analista Administrativo

ASSUNTOS TRATADOS:

1. O Presidente do CBH Araguari, Antonio Giacomini, inicia a reunião informando a saída do Coordenador e do Secretário do Grupo de Acompanhamento do Contrato de Gestão (GTACG), ressaltando que, para que não haja prejuízo nas atividades do GT, o Grupo deve ser recomposto o mais breve possível, já que ele é o elo entre a ABHA e o CBH. O presidente acrescenta que gostaria da presença dos membros do GTACG nas reuniões da diretoria, tendo eles o direito a voz e voto.

2. Giacomini esclarece que o motivo da reunião é conhecer o Contrato de Gestão 001/2012 IGAM/ABHA, promovendo um estudo sobre ele e posteriormente a elaboração de um extrato que será apresentado em plenária. Dessa forma, o documento poderá ser socializado entre os conselheiros, pois a maioria deles não tem conhecimento desse documento.



3. O Diretor Presidente da ABHA, Sérgio Leal, comenta que os Indicadores de Desempenho constantes no contrato de gestão são ineficientes, fato já constatado pelo próprio Igam. Sérgio apresenta três eixos da agência, sendo eles: Aplicação dos recursos da cobrança; Secretaria Executiva do CBH; e Área Técnica. Em relação a secretaria do comitê, a ABHA possui a maior pontuação dentre outras agências, mas em compensação, a insegurança jurídica gerada pelo Igam prejudica a aplicação efetiva dos recursos da cobrança e consequentemente a contratação de profissionais na área técnica.

4. Retomando ao contrato de gestão, Giacomini questiona qual o poder do Comitê sob o documento, e Sérgio esclarece que o contrato é firmado entre a Abha e o Igam, pelo fato do CBH por não possuir personalidade jurídica (CNPJ).

5. O atual Secretário Executivo Adjunto do CBH, Thiago Alves, faz a leitura do contrato e esclarece os pontos questionados. É verificado que o Igam não está cumprindo com os prazos estipulados e que o documento não estabelece o que é custeio administrativo e nem o que poderá ser destinado ao 7,5% e ao 92,5%, um dos motivos que causa a insegurança jurídica.

6. Giacomini alerta que pelo contrato a ABHA é quem deveria ter realizado a revisão do Plano Plurianual de Aplicação do CBH e apresentado a proposta ao Comitê. Ronaldo salienta que houve o interesse do próprio CBH em constituir um grupo e fazer a revisão, mas que prestou todo o apoio necessário aos trabalhos do GTPPA. Sérgio se compromete a elaborar um documento que informa a concordância da ABHA em relação a revisão realizada pelo GTPPA. A Analista Administrativo do CBH, Dayana de Sá, informa que o documento proveniente da revisão do Plano já está sendo analisado pela CTPlan.

7. O membro do GTACG, Cláudio Leocádio, sugere que seja feito um questionamento ao Igam sobre o que é custeio administrativo. Sérgio acredita ser a melhor opção a ABHA levar uma proposta ao Igam com essa definição. Giacomini também sugere que a agência solicite o apoio técnico (profissional técnico) do Igam conforme mencionado no contrato.



8. O presidente do CBH solicita que o Secretário Executivo Adjunto elabore um extrato do contrato de gestão para ser apresentado na assembleia de abril, socializando as informações mais importantes com os conselheiros do comitê. Giacomini solicita que a ABHA também faça um relato crítico da funcionalidade da agência e apresente os caminhos alternativos, para que também seja apreciado na 2ª Assembleia Geral Ordinária de abril.

9. Sérgio é questionado sobre o andamento do processo da nova sede do CBH e informa que a prefeitura é favorável a cessão da Estação Stevenson, porém para que sejam feitas todas as adequações necessárias no imóvel, elas deverão ser atreladas a um projeto, pois os 7,5% não suporta tais despesas. Giacomini sugere que seja apresentado ao Igam um pré-projeto de utilização do espaço, que contemple um museu das águas, um restaurante, etc.

10. Após discussões fica definida a retirada do Item 07 da pauta (Atividade da ABHA - Apresentação do Plano de Trabalho para 2016) da 1ª Assembleia Geral Ordinária, devido ao aguardo do relato crítico de funcionalidade da ABHA. Sendo assim, a agência deverá fazer a apresentação do relato e do plano de trabalho na 2ª Assembleia Geral Ordinária, em abril.

ANEXO XI - REFERÊNCIA ORÇAMENTÁRIA

	Salário-base* (40 horas semanais)	Coeficiente (encargos + tributação + LDI)	Custo mensal
Consultor Ambiental Junior	3.500,00	2,562	8.967,00

Nota: * referência salarial: quadro funcional da ABHA, com arredondamento, para a função de Analista Ambiental Junior.

ORÇAMENTO DE REFERÊNCIA - BASE DE CÁLCULO					
	Valor de remuneração *	Fonte orçamentária	Total de profissionais	Duração do contrato (meses)	Valor total
Consultor Ambiental Junior	3.500,00	Contrato de Gestão IGAM/ABHA Nº 001/2012	1	12	42.000,00
			1	10	35.000,00
			1	24	84.000,00
				subtotal	161.000,00
		obrigações patronais**		85,0%	136.850,00
		taxa de administração + BDI**		25,0%	40.250,00
				subtotal	177.100,00
		tributação sobre a Nota Fiscal**		22,0%	74.382,00
		Total máximo estimado			412.482,00
		Coeficiente máximo estimado			2,562

Observações: * valor de referência fixo / ** percentuais de referência variáveis.

MODELO PARA APRESENTAÇÃO DAS PROPOSTAS					
	Valor de remuneração *	Fonte orçamentária	Total de profissionais	Duração do contrato (meses)	Valor total
Consultor Ambiental Junior	3.500,00	Contrato de Gestão IGAM/ABHA Nº 001/2012	1	12	42.000,00
			1	10	35.000,00
			1	24	84.000,00
				subtotal	161.000,00
		obrigações patronais**			0
		taxa de administração + BDI**			0
				subtotal	
		tributação sobre a Nota Fiscal**			0
		Total da proposta			
		Coeficiente final (máximo 2,562)			1,00



ANEXO XII

DECLARAÇÃO DE NÃO EMPREGAR MENORES DE IDADE

Nome da Empresa _____, CNPJ nº _____,
_____, sediada - _____ (endereço completo _____) DECLARA, sob as penas da lei, que não possui em seu quadro de pessoal menor de 18 (dezoito) anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre, nem menores de 16 (dezesesseis) anos em qualquer tipo de trabalho, salvo na condição de aprendiz a partir de 14 (quatorze anos), (Lei nº 9.854/99 e Decreto nº 4.358/2002).

Local, _____ de _____ de 2016.

Assinatura do Representante



ANEXO XIII

DECLARAÇÃO DE ATENDIMENTO ÀS EXIGÊNCIAS DO EDITAL

Eu, _____, responsável legal da empresa _____, CNPJ nº _____, localizada na _____, declaro, sob as penas da lei, que estou ciente de todas as informações e condições contidas no Ato Convocatório Nº 024/2016, afirmando que a empresa atende plenamente todas as exigências do presente Edital.

Por ser expressão de verdade, firmamos o presente.

Local, _____ de _____ de 2016.

Responsável pela empresa



ANEXO XIV

DECLARAÇÃO DE NÃO RESTRIÇÃO JUNTO AO CAFIMP

Declaramos para os devidos fins que a empresa _____ de CNPJ nº _____ com sede a _____, não está inserida no Cadastro de Fornecedores Impedidos de Licitar com a Administração Pública Estadual (CAFIMP), em consulta realizada dia _____ às _____.

Atenciosamente,

Local, _____ de _____ de 2016.

Responsável pela empresa



ANEXO XV

DECLARAÇÃO DE NÃO INTEGRANTE E DE NÃO PARENTESCO

A empresa (RAZÃO SOCIAL), inscrita no CNPJ sob o nº _____, com sede em (ENDEREÇO COMPLETO), DECLARA, em atendimento às disposições legais e normativas que disciplinam o Ato Convocatório ABHA Nº 030/2016, que não possui em seu corpo diretivo (dirigente, gerente, acionista ou detentor de mais de cinco por cento do capital com direito a voto), em seu quadro permanente ou de prestadores de serviços eventuais, de maneira direta ou indireta, profissionais que sejam membros ou parentes até o 3º grau de qualquer pessoa vinculada à ABHA (funcionário, Diretoria, Conselho de Administração, Conselho Fiscal e representante das Entidades Associadas), tampouco que sejam membros ou parentes até o 3º grau de qualquer pessoa vinculada ao CBH Araguari (Conselheiro e integrante de Câmaras Técnicas ou de Grupos Técnicos).

Por ser expressão de verdade, é firmado o presente documento.

LOCAL E DATA.

Identificação do Representante Legal

Assinatura



ANEXO XIV

MINUTA DE TERMO CONTRATUAL

INSTRUMENTO CONTRATUAL DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE CONSULTORIA TÉCNICA, QUE ENTRE SI CELEBRAM A ASSOCIAÇÃO MULTISSETORIAL DE USUÁRIOS DE RECURSOS HÍDRICOS DA BACIA HIDROGRÁFICA DO RIO ARAGUARI E A EMPRESA (xxxxxxxxxxxx).

ATO CONVOCATÓRIO ABHA Nº 031/2016

CONTRATO ABHA Nº XXX/2016

A **ASSOCIAÇÃO MULTISSETORIAL DE USUÁRIOS DE RECURSOS HÍDRICOS DE BACIAS HIDROGRÁFICAS (ABHA)**, associação sem fins lucrativos de direito privado, Entidade Equiparada às funções de Agência da Bacia Hidrográfica do Rio Araguari, inscrita no CNPJ/MF sob nº 06.536.989/0001-39, isenta de inscrição estadual, com escritório na cidade de Araguari, Estado de Minas Gerais, na Rua Jaime Gomes, n.º 741 - Centro - CEP 38.440-244, neste ato representada pelo seu Diretor Presidente, **SÉRGIO GUSTAVO REZENDE LEAL**, brasileiro, solteiro, Economista, residente e domiciliado na cidade de Araguari, Estado de Minas Gerais, inscrito no CPF sob o nº 057.060.386-27 e Cédula de Identidade com o nº MG - 10.667.404 SSP/MG, doravante denominada **CONTRATANTE**, de outro lado, a empresa (xxxxxxxx), devidamente inscrita no CNPJ sob o nº (xx.xxx.xxx/xxxx-xx), com sede na cidade de (xxxxxxxx), Estado de (xxxxxxxx), no (endereço xxxxxxxx), neste ato representada pelo seu (xxxxxxxx), (xxxxxxxx), brasileiro, (xxxxxx), (xxxxxxxxxx), inscrito no CPF sob o nº (xxx.xxx.xxx-xx) e Cédula de Identidade com o nº (xxxxxxxx), doravante denominada simplesmente **CONTRATADA**, têm entre si ajustada a realização do objeto do presente Contrato mediante as Cláusulas e condições a seguir:

CLÁUSULA PRIMEIRA - OBJETO

1.1. Constitui objeto do presente instrumento contratual a prestação de serviços de consultoria técnica para atuação como Gerenciadora de Projetos, para o *Acompanhamento técnico de projetos específicos* e para a *Elaboração de Termos de Referência para contratação de novos produtos*, em conformidade com o Plano Plurianual de Aplicação dos recursos da cobrança pelo uso dos recursos hídricos em âmbito da Bacia Hidrográfica do Rio Araguari, no estado de Minas Gerais, conforme descrição do ATO CONVOCATÓRIO ABHA Nº 031/2016 e respectivo Termo de Referência.

CLÁUSULA SEGUNDA - VINCULAÇÃO

2.1. O presente Contrato está vinculado ao procedimento de Seleção de Propostas, através do ATO CONVOCATÓRIO ABHA Nº 031/2016 - modalidade Coleta de Preços, do tipo Menor Preço, e respectivos Anexos, homologado em xx de xxxxxxxx do corrente ano.

CLÁUSULA TERCEIRA - PROCEDIMENTOS TÉCNICOS

3.1. Todos os procedimentos e recomendações técnicas necessárias para a execução do objeto ora contratado encontram-se discriminados no ATO CONVOCATÓRIO ABHA Nº 031/2016 e respectivo Termo de Referência.

3.2. Em razão de fatores relevantes, poderá, por iniciativa das partes, ser discutida a possibilidade de modificação nos procedimentos metodológicos, desde que aprovada pelas partes contratantes.

CLÁUSULA QUARTA - NORMAS E DOCUMENTOS QUE INTEGRAM O CONTRATO

4.1. Fazem parte deste instrumento o ATO CONVOCATÓRIO ABHA Nº 031/2016 e respectivo Termo de Referência, a proposta aprovada e as especificações que a acompanha, cujas disposições devem ser integralmente cumpridas, mesmo que aqui não tenham sido reproduzidas ou contempladas.

CLÁUSULA QUINTA - PREÇO, CONDIÇÕES DE PAGAMENTO E REAJUSTE

5.1. Pela integral e satisfatória execução dos serviços objeto deste Contrato a CONTRATANTE pagará à CONTRATADA o valor total apresentado na proposta comercial, de R\$ xxxxx, (valor por extenso).

5.2. O pagamento será efetuado em favor da CONTRATADA, em parcelas mensais consecutivas, após a prestação do serviço, respeitadas as condições estabelecidas no Termo de Referência originário e dependerá sempre da aprovação da Diretoria da CONTRATANTE.

5.3. Para efeito do pagamento, a CONTRATADA deverá apresentar mensalmente a documentação comprobatória das atividades executado e, quando couber, com os produtos contratados, conforme disposto no Termo de Referência do Ato Convocatório original.

5.4. O valor a ser pago, atribuído a cada atividade e respectivo produto, corresponderá à efetiva realização dos serviços, observando-se eventuais ajustes e supressões havidos em decorrência das disposições deste Contrato e daquelas previstas no Ato Convocatório e seu Termo de Referência.

5.5. Para efeito do pagamento, a CONTRATADA deverá atender as exigências legais quanto à emissão de comprovação fiscal.

5.6. A CONTRATADA se obriga a aceitar acréscimos ou supressão nas mesmas condições deste Contrato, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial, em conformidade com legislação aplicável, observando-se, porém, prévia negociação entre as partes.

5.7. Os pagamentos serão realizados, observadas, ainda, as seguintes considerações:

- a)** Os produtos desenvolvidos pela CONTRATADA deverão ser entregues à CONTRATANTE, no prazo estabelecido em cronograma apresentado;

- b) Aplicar-se-á o índice de correção monetária INPC em caso de atraso nos pagamentos pela CONTRATANTE, a partir da data do vencimento da parcela até a data do efetivo pagamento;
- c) Na eventualidade de atraso na entrega dos serviços no prazo contratual, cuja responsabilidade seja imputada à CONTRATADA, a mesma estará sujeita a uma multa por atraso correspondente a 0,10% (zero vírgula dez por cento) do valor do Contrato por dia corrido de atraso;
- d) Os preços totais incluirão todas e quaisquer despesas diretas e indiretas, incluindo e não se limitando às despesas com pessoal, encargos, seguros, impostos, taxas e outras que se fizerem necessárias para a plena realização do objeto licitado. O recolhimento de encargos, e demais pagamentos das despesas diretas e indiretas é de única e exclusiva responsabilidade da licitante CONTRATADA, não cabendo à CONTRATANTE responder solidariamente ou sob qualquer outra forma por estas despesas;
- e) A CONTRATADA deverá comprovar o recolhimento dos encargos sociais devidos mediante a apresentação de cópias das Guias de Recolhimento;
- f) A CONTRATADA deverá apresentar os comprovantes de regularidade fiscal requeridos.

CLÁUSULA SEXTA - SIGILO E DIREITO DE PROPRIEDADE

6.1. A CONTRATADA deverá guardar sigilo quanto às informações fornecidas pela CONTRATANTE para realização do objeto contratual, fazendo-se necessária a expressa concordância da ABHA e do CBH Araguari para cessão ou transferência a terceiros de resultados alcançados por este Contrato.

CLÁUSULA SÉTIMA - PRAZO DE EXECUÇÃO

7.1. O prazo de vigência deste Contrato é de 24 (vinte e quatro) meses, contados a partir de sua assinatura, podendo ser prorrogado em atendimento às necessidades e conveniência das partes, observadas as justificativas técnicas invocadas e resguardadas as demais condições contratuais originais, desde que a prorrogação seja assegurada pelos instrumentos jurídicos, com suas alterações e eventuais aditamentos, que fundamentam a presente contratação.

CLÁUSULA OITAVA - CRÉDITO PARA CORRER AS DESPESAS

8.1. As despesas e obrigações decorrentes deste Contrato serão apropriadas na dotação orçamentária do Plano Plurianual de Aplicação do Contrato de Gestão IGAM/ABHA nº 001/2012, e suportadas por parte da parcela dos 92,5% dos recursos da Cobrança pelos Usos dos Recursos Hídricos da Bacia Hidrográfica do Rio Araguari, destinada ao financiamento de programas e ações em recursos hídricos, sendo proporcionalmente distribuídas entre os seguintes programas, de acordo com o objeto de cada projeto ou ação:

Programa 2: Programa de Planejamento e Gestão de Recursos Hídricos;

Programa 3: Programa de Qualidade da Água;

Programa 4: Programa de Impacto na Quantidade de Água; e

Programa 5: Programa de Mobilização, Comunicação Social e Educação Ambiental.

CLÁUSULA NONA - RESPONSABILIDADES DAS PARTES

9.1. A empresa prestadora dos serviços, como **CONTRATADA**, deverá:

- a)** disponibilizar 03 (três) profissionais para a função de Consultor Ambiental Junior, a ser responsáveis pela condução dos projetos e ações descritos no Termo de Referência do Ato Convocatório original e pela geração dos produtos dele derivados, com dedicação presencial na sede da CONTRATANTE, com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, observados os requerimentos de qualificação e perfil estabelecidos;
- b)** executar os serviços em conformidade com o Termo de Referência com os mais elevados padrões de competência, integridade profissional e ética;
- c)** considerar as decisões/sugestões da CONTRATANTE sempre que contribuírem de maneira significativa na qualificação dos trabalhos e agilidade dos mesmos;
- d)** cumprir, na sua íntegra, todas as condições estabelecidas neste processo e na proposta apresentada, ficando sujeita, inclusive, às penalidades pelo descumprimento de quaisquer de suas Cláusulas;
- e)** comunicar à CONTRATANTE qualquer anormalidade de caráter urgente e prestar os esclarecimentos solicitados;
- f)** reparar/substituir/alterar os produtos em não-conformidade ou não aprovados, sem ônus para a CONTRATANTE;
- g)** responder pelas obrigações de natureza tributária, trabalhista, previdenciária ou resultante de acidente de trabalho, bem como as relacionadas à saúde, transporte, uniformes ou outros benefícios, de qualquer natureza, decorrentes da relação de emprego no âmbito da contratação, bem como adotar todas as providências necessárias no sentido de preservar a CONTRATANTE e mantê-la a salvo de reivindicações, demandas, queixas ou representações de qualquer natureza, em caso de ações envolvendo os serviços prestados;
- h)** não caucionar ou utilizar o contrato celebrado para qualquer operação financeira ou comercial, sem prévia e expressa autorização da CONTRATANTE;
- i)** responder por todos os ônus com os encargos sociais e legais, impostos e seguros, relativos à execução do objeto contratado e qualquer acidente de que venham a ser vítimas os seus profissionais, por aqueles causados por eles a terceiros, nos horários de prestação dos serviços;
- j)** manter durante a execução dos trabalhos todas as condições de habilitação;
- k)** prestar esclarecimentos sobre eventuais fatos noticiados que a envolva independentemente de solicitação;
- l)** receber os valores contratuais devidos pela execução dos serviços, desde que cumpridas todas as formalidades e exigências estabelecidas;
- m)** executar fielmente os serviços contratados, de forma a não interferir no bom andamento da rotina de funcionamento da CONTRATANTE;
- n)** sujeitar-se à mais ampla e irrestrita fiscalização por parte da CONTRATANTE, prestando todos os esclarecimentos solicitados, de forma clara, concisa e lógica, atendendo às reclamações formuladas, adotando, imediatamente, as providências necessárias para a sua correção;
- o)** arcar com as reclamações por parte da fiscalização, cuidando imediatamente das providências necessárias para a correção, evitando repetição de fatos;

- p)** não eximir-se da total responsabilidade quanto à execução dos serviços em caso de omissão, total ou parcial, da fiscalização pela CONTRATANTE;
- q)** utilizar-se de equipe profissional de bom nível educacional e moral e comprovando a formação educacional e experiência por meio de documentos indispensáveis à execução dos trabalhos;
- r)** manter disponibilidade de profissionais, dentro dos padrões desejados, para garantir a execução dos serviços, sem interrupção, seja por motivo de férias, licença de qualquer tipo, falta ao serviço, demissão e outros, obedecidas as disposições da legislação trabalhista vigente;
- s)** substituir qualquer dos profissionais disponibilizados a pedido da CONTRATANTE, observada a justificativa apresentada;
- t)** assumir a responsabilidade por todos os ônus referentes aos serviços contratados, inclusive salários de pessoal, bem como os encargos previdenciários e obrigações sociais previstos na legislação social e trabalhista em vigor, vez que os seus empregados não manterão nenhum vínculo empregatício com a CONTRATANTE;
- u)** fornecer, juntamente com a Nota Fiscal, os comprovantes de execução dos serviços, sem os quais não serão liberados os pagamentos correspondentes;
- v)** fornecer ainda cópia dos comprovantes de pagamento dos salários e dos recolhimentos dos encargos previdenciários e das obrigações sociais da empresa e dos funcionários alocados para a prestação dos serviços objetos do Contrato, relativamente ao período da medição;
- w)** não transferir a terceiros, por qualquer forma, nem mesmo parcialmente, o Contrato, nem subcontratar ou ceder, total ou parcialmente, quaisquer das prestações, sem prévio consentimento por escrito da CONTRATANTE;
- x)** realizar todas as transações comerciais necessárias à execução dos serviços contratados exclusivamente em seu próprio nome;
- y)** transferir para a CONTRATANTE os direitos autorais relativos aos produtos de comunicação e outros abrangidos pelo Termo Contratual, inclusive peças publicitárias, respeitada a legislação pertinente;
- z)** não veicular publicidade ou qualquer outra informação acerca das atividades, objeto do Contrato celebrado, sem a prévia autorização da CONTRATANTE;
- aa)** disponibilizar dados, fotos, relatórios ou qualquer outro tipo de informação a terceiros somente com autorização da CONTRATANTE;
- bb)** responsabilizar-se administrativa, civil e penalmente pela divulgação indevida de quaisquer documentos e/ou informações de propriedade da CONTRATANTE, e de seus parceiros intervenientes, por parte de seus empregados;
- cc)** manter arquivo com toda a documentação relativa à execução do Contrato;
- dd)** responder por quaisquer danos, desaparecimentos de bens e avarias e/ou prejuízos causados à CONTRATANTE e/ou a terceiros, dolosa ou culposamente, em razão de sua ação ou omissão, desde que fique comprovada sua responsabilidade, ainda que tenha havido fiscalização ou acompanhamento pela CONTRATANTE;
- ee)** exercer rigoroso controle de qualidade sobre as informações apresentadas;
- ff)** ressarcir à CONTRATANTE, mesmo após a rescisão ou extinção do Termo Contratual, quaisquer danos ou pagamentos errôneos a título de execução do objeto eventualmente detectados, garantidos os direitos à ampla defesa e ao contraditório.

9.2. A ABHA, como empresa **CONTRATANTE**, deverá:

- a) colocar à disposição da CONTRATADA os elementos e informações necessárias à execução do objeto deste Contrato, observando-se o prazo requerido para a consolidação das informações;
- b) certificar-se da escolha/indicação dos profissionais pela CONTRATADA para a execução do trabalho, em atendimento às exigências de qualificação e perfil requeridos para o desempenho das funções;
- c) observar a atuação dos profissionais disponibilizados pela CONTRATADA, podendo, mediante justificativa fundamentada solicitar a pronta substituição;
- d) impedir que terceiros executem os serviços objeto deste Contrato;
- e) rejeitar qualquer produto ou serviço executado equivocadamente ou em desacordo com as orientações emanadas;
- f) atestar a execução dos serviços e receber a Nota Fiscal/Fatura correspondente;
- g) deduzir e recolher os tributos na fonte, se for o caso, sobre os pagamentos efetuados à CONTRATADA;
- h) efetuar o pagamento devido pela execução dos serviços, nas condições e preços pactuados e desde que cumpridas todas as formalidades e exigências convencionadas;
- i) verificar a regularidade fiscal da CONTRATADA antes do pagamento;
- j) suspender o pagamento da Nota Fiscal quando houver obrigação contratual pendente por parte da CONTRATADA, até a completa regularização;
- k) supervisionar e fiscalizar a execução dos serviços objeto do Contrato, sob o aspecto qualitativo e quantitativo, podendo sustar, recusar, mandar fazer ou desfazer quaisquer serviços que não estejam de acordo com as condições e exigências especificadas;
- l) notificar, por escrito, qualquer ocorrência relacionada com a execução do serviço e quaisquer falhas ocorridas, para a imediata adoção das providências de saneamento;
- m) exigir os documentos comprobatórios de execução dos serviços;
- n) aplicar à CONTRATADA sanções pelo atraso no cumprimento das obrigações contratuais, bem como pela inexecução total ou parcial do Contrato;
- o) considerar todos os procedimentos e princípios estabelecidos na legislação pertinente.

CLÁUSULA DÉCIMA - LOCAL DE EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS

10.1. Não existe vinculação da CONTRATADA quanto ao local de realização dos serviços, podendo-se servir da estrutura da CONTRATANTE para tal finalidade. Nesses casos, a ABHA deverá disponibilizar as condições necessárias para o desenvolvimento das atividades.

10.2. Para os profissionais disponibilizados, o objeto deste Contrato deverá ser executado nas dependências da sede da CONTRATANTE, em Araguari - MG, com vistas a assegurar as condições imprescindíveis e específicas da execução dos serviços, devendo-se prever viagens e mobilidade externa conforme necessidade de trabalho, caso em que os gastos com deslocamento, hospedagem e alimentação serão custeados pela CONTRATANTE.

10.3. Vale ressaltar ainda que, em conformidade com o Estatuto Social da CONTRATANTE, a sede administrativa pode ser transferida para outra localidade dentro da abrangência da Bacia Hidrográfica, ocasião em que, se efetivada, a CONTRATADA deverá assegurar o cumprimento das condições contratadas na nova sede sem qualquer ônus para a CONTRATANTE.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - MULTAS E PENALIDADES

11.1. No caso de inadimplência ou inexecução total ou parcial do ajuste celebrado, garantida a prévia defesa, aplicar-se-á multa de 0,10% (zero vírgula dez por cento) ao dia, sobre o valor total, recolhida em até 15 (quinze) dias, contados da comunicação oficial, além, se couber, das sanções previstas na legislação pertinente.

11.2. Pela inexecução total ou parcial das obrigações deste instrumento, a CONTRATANTE poderá, garantida a prévia defesa, no prazo de 5 (cinco) dias úteis a contar da notificação, aplicar à empresa CONTRATADA as seguintes penalidades:

- a)** advertência;
- b)** multa compensatória de 10% (dez por cento) sobre o valor total da contratação, recolhida no prazo de 15 (quinze) dias, contado da comunicação oficial;
- c)** suspensão temporária de participação em licitações e impedimento de contratar com a Administração Pública, por prazo não superior a 05 (cinco) anos;
- d)** declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública, nos termos da Lei Federal nº 8.666/93.

11.3. A multa, aplicada após regular processo administrativo, será cobrada administrativamente, deduzindo-se do valor da Fatura Total, e não sendo suficiente, o valor poderá ser inscrito como Dívida Ativa e cobrado judicialmente.

11.4. Casos omissos serão resolvidos pela Diretoria da CONTRATANTE, com base nos comandos legais, regulamentos e normas técnicas que disciplinam a questão.

11.5. A inexecução total ou parcial dos serviços poderá ensejar a rescisão contratual.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - RESCISÃO CONTRATUAL

12.1. A CONTRATANTE poderá a todo tempo e sem qualquer ônus ou responsabilidade, rescindir este Contrato independentemente de ação, notificação ou interpelação judicial ou extra, se a CONTRATADA:

- a)** deixar de cumprir quaisquer das cláusulas ou condições deste Contrato;
- b)** não dar atendimento às solicitações visando proceder à execução dos serviços descritos na Cláusula Primeira, deste instrumento;
- c)** subcontratar os serviços objeto deste Contrato, sem a expressa e prévia autorização da CONTRATANTE; e ainda,
- d)** por razões de interesse público devidamente justificado;
- e)** pela incidência prevista nos artigos 77 a 79 e seus incisos, da Lei Federal nº. 8.666/93 atualizado pela Lei Federal nº. 8.883/94, naquilo que for pertinente;
- f)** por acordo entre as partes, mediante aviso por escrito, com prazo nunca inferior a 30 (trinta) dias.

12.2. Qualquer circunstância de rescisão contratual deverá ser formalmente motivada nos autos do processo de Seleção de Propostas, assegurado o contraditório e a ampla defesa.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - LEGISLAÇÃO APLICÁVEL

13.1. Aplica-se a este Contrato e principalmente aos casos omissos, os dispositivos da Resolução Conjunta SEMAD/IGAM Nº 1.044/2009 e, supletivamente, da Lei Federal nº. 8.666/93, e suas alterações, os preceitos de direito público, aplicando-se, ainda, os princípios da teoria geral dos contratos e as disposições de direito privado, cujas normas ficam incorporadas a este instrumento, ainda que delas não se faça aqui, menção expressa.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA - MANUTENÇÃO DAS CONDIÇÕES DO PROCESSO

14.1. Fica a CONTRATADA obrigada a manter as condições de habilitação e qualificação exigidas no Ato Convocatório que deu origem ao presente instrumento, em compatibilidade com as obrigações assumidas, obrigando-se a declarar a superveniência de fato impeditiva à manutenção da presente contratação.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA - FISCALIZAÇÃO E RECEBIMENTO

15.1. A execução deste Contrato será fiscalizada pela CONTRATANTE, sendo que deverão ser anotadas em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com o objeto deste Contrato, inclusive determinando o que for necessário à regularização das faltas ou falhas observadas.

15.2. Os serviços ora contratados, após sua conclusão, serão examinados, conferidos e aceitos pela CONTRATANTE, ficando a CONTRATADA obrigada a refazer às suas expensas e sem quaisquer ônus à CONTRATANTE, das partes julgadas insatisfatórias.

15.3. O recebimento de qualquer atraso justificado não implica concordância da CONTRATANTE com os seus termos ou tampouco a anuência com qualquer falha ou impropriedade que porventura vier a ser apurada, não excluindo a responsabilidade da CONTRATADA em face das obrigações assumidas.

15.4. Em razão das atribuições da CONTRATANTE estar vinculada à sua atuação junto ao CBH Araguari, os serviços prestados pela CONTRATADA serão executados, também, sob orientação operacional da Diretoria daquele Comitê.

15.5. Ficam assegurados aos demais atores signatários do Contrato de Gestão IGAM/ABHA Nº 001/2012 o direito de fiscalizar e supervisionar os serviços prestados pela CONTRATADA, com livre acesso para a obtenção de quaisquer informações julgadas necessárias ao seu bom acompanhamento.

15.6. O direito à fiscalização não eximirá, em qualquer hipótese, a CONTRATADA das responsabilidades contratuais e legais, bem como dos danos materiais ou pessoais que forem causados a terceiros, seja por atos próprios ou de prepostos ou omissões.

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA - DISPOSIÇÕES GERAIS

16.1. No desenvolvimento do trabalho, a publicação de atos e serviços deverá ter caráter educativo ou informativo, constando os dizeres da ABHA e CBH Araguari, inseridas suas



logomarcas, não podendo constar nomes, símbolos ou imagens que caracterizem peça de propaganda e/ou promoção pessoal de autoridades ou servidores públicos.

16.2. Os serviços contratados constituem-se estimativa de demanda e não se configura em compromisso de execução total ou parcial por parte da CONTRATANTE.

CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA - DO FORO

18.1. Fica eleito o Foro da Comarca de Araguari, Estado de Minas Gerais, com renúncia e exclusão de qualquer outro, por mais privilegiado que seja, para nele serem dirimidas as dúvidas, controvérsias ou questões oriundas do presente Contrato.

E, por estarem as partes de pleno acordo, justas e contratadas, firmam o presente Contrato em 02 (duas) vias de igual teor, o qual lido e achado conforme, vai devidamente assinado, na presença de 02 (duas) testemunhas abaixo identificadas, a fim de que produza os devidos jurídicos e legais efeitos.

(Araguari - MG, xx de xxxxx de 2016 / Assinaturas das partes / Assinatura das testemunhas)